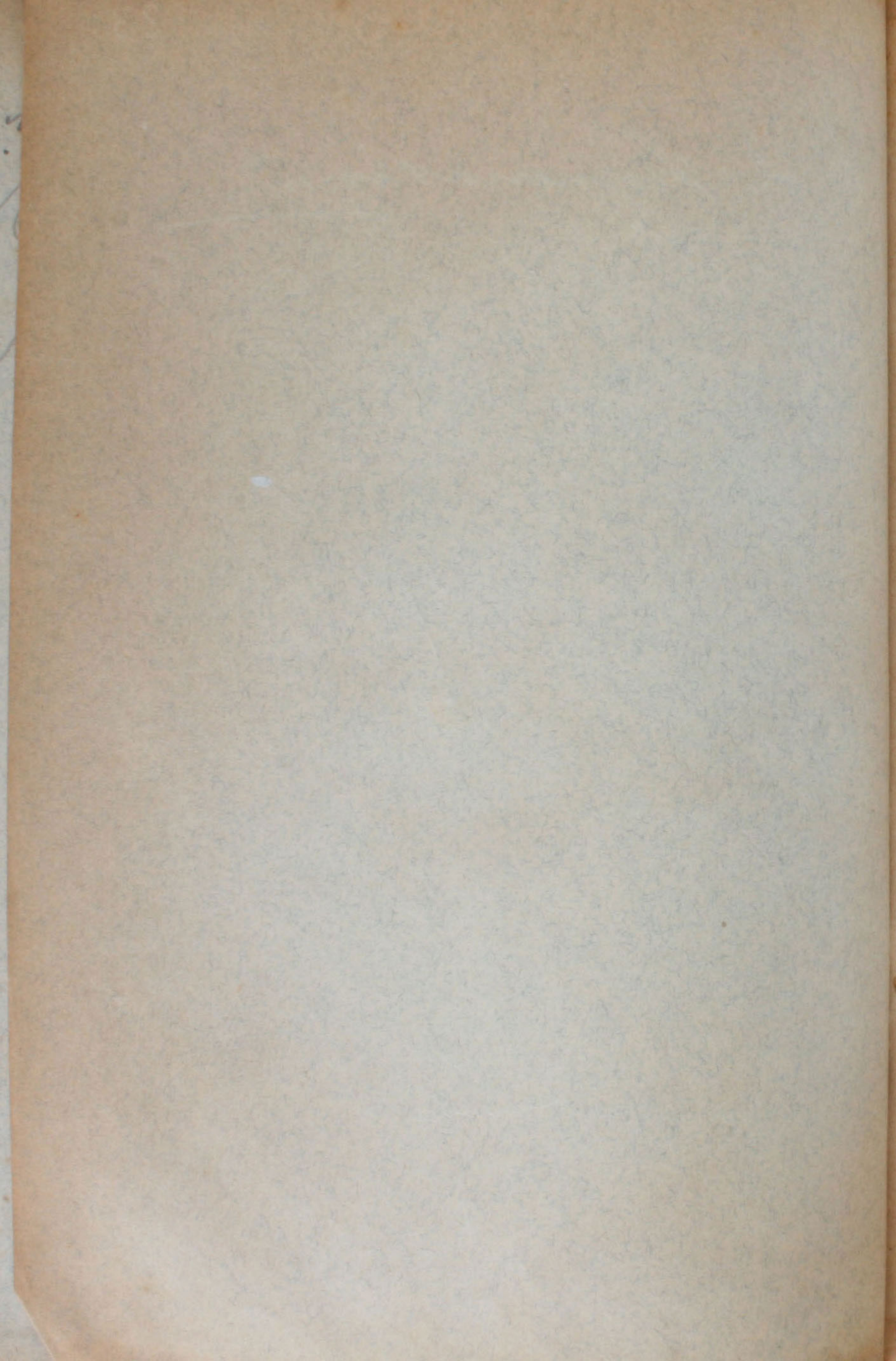




112
111.2

9/32

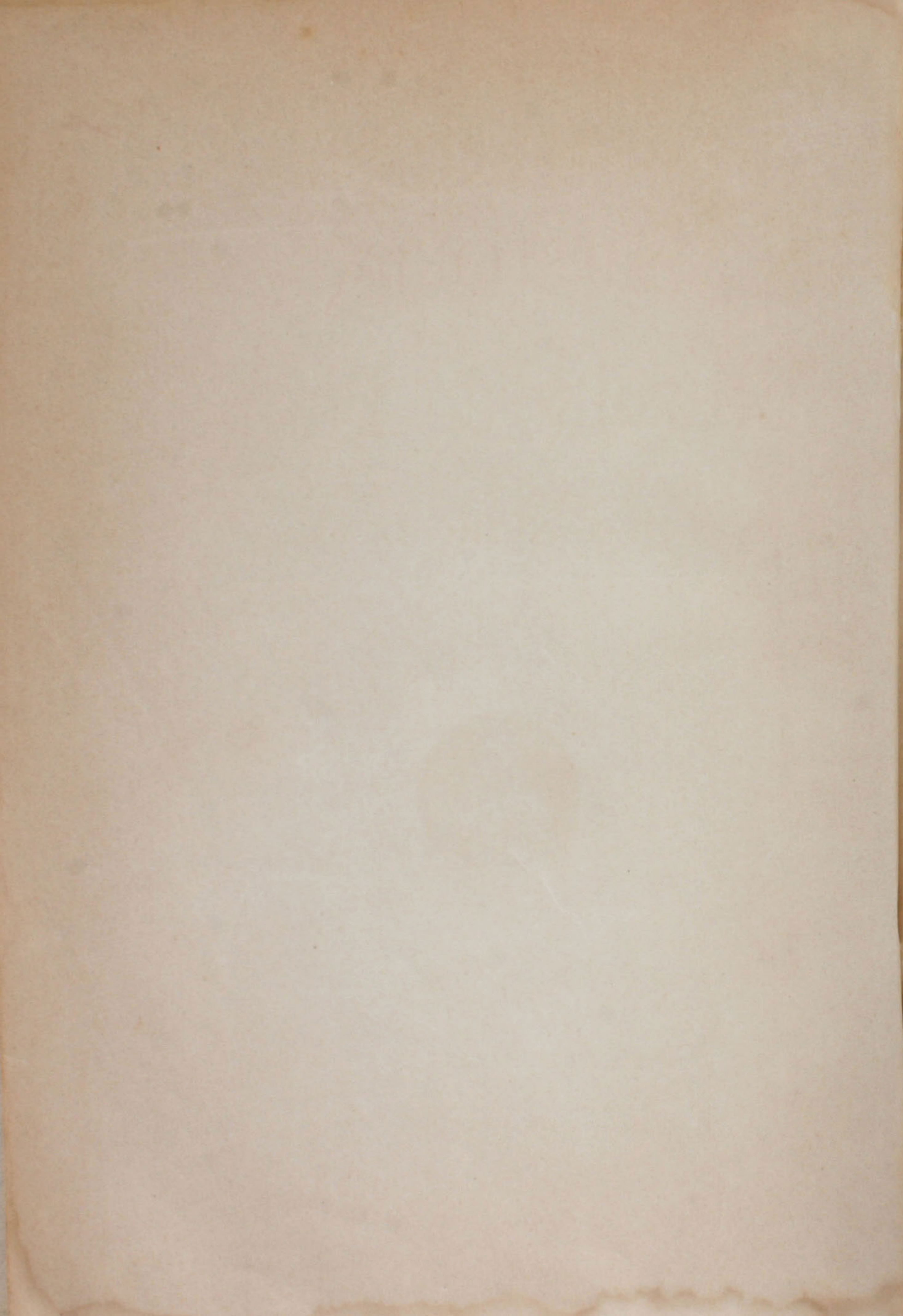
F. Agnesa Penn.



Historia da Revolta do Porto

DE

31 DE JANEIRO DE 1891



JOÃO CHAGAS & EX-TENENTE COELHO

HISTORIA
DA
Revolta do Porto
DE
31 DE JANEIRO DE 1891

(DEPOIMENTO DE DOIS CUMPLICES)



1901
EMPRESA DEMOCRATICA DE PORTUGAL
EDITORA

29, Rua dos Douradores, 29
LISBOA

PHOTOGRAVURA E IMPRENSA
CASTELLO BRANCO & ALABERN
42, Rua da Bombarda, 50
LISBOA



INTRODUCCÃO

Ao escrever esta obra, o pensamento dos seus auctores nem é justificar perante o futuro, a Revolta de 31 de janeiro de 1891, nem justificar perante os seus contemporaneos a colaboração que tiveram n'ella. A Revolta do Porto originou-se em perturbações sociaes que sufficientemente a fundamentaram já, e, por outro lado, os auctores não reputam necessario lançar a publico um grosso volume com o exclusivo intuito de liquidar responsabilidades pessoaes, tanto menos pesadas quanto foram abundantemente repartidas.

A sua intenção é outra.

Elles poderam, no decurso de dez annos, observar que a Revolta de 31 de janeiro de 1891 não fôra a aventura sangrenta mas infecunda de um bando de sectarios apaixonados, e que não se apagara na historia como se apagou o vestigio do proprio sangue que fizera derramar. Ao contrario, puderam

verificar com legitima satisfação que essa rebelião de algumas horas fôra largamente fecunda, pois determinara o mais benéfico abalo moral por que passou a sociedade portugueza no seculo XIX. D'ahi, o pensamento de a perpetuar, arrancando-a da confusão dos successos contemporaneos e indigitando-a ao logar a que tem direito na historia. — Esta obra pretende ser o primeiro passo para a consagração d'esse movimento revolucionario, ainda não comprehendido, senão no seu puro e generoso intuito, no seu vasto e profundo alcance.

Qual foi elle, o effeito social da revolta de 31 de janeiro?

Não um historiador, mas um romancista nol-o vae dizer, de um modo tão magistralmente flagrante que o facto resaltarã nas suas origens e nas suas consequencias mais logicamente perfeito do que nunca sahiria das mãos habeis do proprio historiador.

É n'um romance portuguez, **Os Maias**, que encontramos prevista, legitimada e sagazmente estudada nos seus effeitos, a revolta do Porto.

O auctor faz fallar os seus personagens. É em Lisboa, no Central, onde, por uma noite de inverno, algumas pessoas alegres offerecem de jantar a um banqueiro. Tem-se servido o peixe e já se levantou uma animada controversia litteraria, quando o banqueiro é sollicitado para dar a sua opinião sobre o ultimo emprestimo.

«O Cohen collocou uma pitada de sal á beira do prato e respondeu com auctoridade que o emprestimo tinha de se realisar *absolutamente*. Os emprestimos em Portugal constituíam hoje uma das fontes de receita, tão regular, tão indispensavel, tão sabida como o imposto. A unica occupação mesmo dos ministerios era esta — *cobrar o imposto e fazer o emprestimo*. E assim se havia de continuar. . . »

Um dos convivas alvitra que, d'esse modo, a seu ver, o paiç caminha «alegremente e lindamente para a bancarota».

« — N'um galopesinho muito seguro e muito a direito, disse o Cohen sorrindo. Ah! sobre isso ninguém tem illusões, meu caro senhor! Nem os proprios ministros da fazenda!... A *bancarota* é inevitavel: é como quem faz uma *somma*... — A *bancarota* é tão certa, as cousas estão tão dispostas para ella, que seria mesmo facil a qualquer, em dois ou tres annos, fazer fallir o paiz... »

Grita-se soffregamente pela «receita», e o banqueiro dá a receita:

«Simplesmente isto: manter uma agitação revolucionaria constante; nas vespersas de se lançarem os empréstimos, haver duzentos maganões decididos que cahissem á pancada na municipal e quebrassem os candieiros com vivas á Republica; telegraphar isto em lettras bem gordas para os jornaes de Paris, Londres e do Rio de Janeiro; assustar os mercados, assustar o brazileiro, e a *bancarota* estalava.»

Assim succedeu. A revolta de 31 de janeiro, que não foi apenas a aventura de «duzentos maganões decididos» e que não quebrou apenas candieiros, fez estalar a bancarota. O credito, graças ao qual se mantinha o regimen ruinoso do empréstimo, desappareceu. Não mais empréstimos, isto é: a quebra, e foi o que se deu. No mesmo anno, o ouro começava a desapparecer e os cambios subiam. Em 1892, o thesouro suspendia pagamentos. Com a crise do thesouro, iniciava-se a crise politica.

Sómente, accrescenta o banqueiro — «isto não convinha a ninguém» e é então que um dos convivas replica n'estes termos que são, por assim dizer, todo o programma, ainda de pé, da revolta de 31 de janeiro:

«Como não convinha a ninguém? Ora essa! Era justamente o que convinha a todos! A' *bancarota* seguia-se uma revolução, evidentemente. Um paiz que vive da inscripção, em não lh'a pagando, agarra no cacete; e procedendo por principio, ou procedendo apenas por vingança — o primeiro cuidado que tem é varrer a monarchia, que lhe representa o calote,

e, com ella, o crasso pessoal do constitucionalismo. — Sem monarchia, sem essa caterva de politicos, sem esse tortuiho da inscripção, porque tudo desaparecia, estavamos novos em folha, limpos, escarolados, como se nunca tivessemos servido. E recomeçava-se uma historia nova, um outro Portugal, um Portugal serio e intelligente, forte e decente, estudando, pensando, fazendo civilisação como outr'ora.»

A Revolta do Porto está toda n'estas palavras. Á bancarota, que ella provocou, não succedeu uma revolução, mas produziu-se uma tão profunda perturbação social que a revolução ficou desde então pendente, e se ella realisará essa obra maravilhosa de um Portugal novo, serio, intelligente, forte e decente, estudando, pensando e fazendo civilisação como outr'ora — o tempo o dirá.

OS AUCTORES.





Alves da Veiga

ALVES DA VEIGA (em 1900) Segundo
uma photographia de Londres. Mont-
gnari, 802 — Corner-State.



PARTE I



ANTECEDENTES DA REVOLTA



CAPITULO I

O conflicto anglo-portuguez de 1890 foi a causa unica da revolta do Porto.

E' preciso recordar em que circumstancias singulares a consciencia nacional despertou para a rebellião, afim de comprehender como foi possivel que esse movimento se produzisse no seio de uma sociedade tão pouco adextrada para as luctas civicas, como era ao tempo a sociedade portugueza.

Estava-se em principios de janeiro, sob uma situação progressista presidida pelo sr. José Luciano de Castro e na qual detinha a pasta dos estrangeiros o sr. Henrique de Barros Gomes, quando os jornaes começaram referindo-se com insistencia á possibilidade de um conflicto com a Inglaterra, a proposito das pretensões d'esta nação sobre os territorios do Nyassa, onde algumas expedições portuguezas de caracter scientifico operavam ao tempo.

O facto pareceu novo e surpreendeu, se bem que tivesse origem antiga no plano inglez de absorpção da Africa Austral e dos territorios sertanejos de Moçambique, principiado a executar-se em 1888, pelo tratado feito entre a Inglaterra e o potentado Lobengula, no qual era comprehendido o territorio dos Mashonas, reivindicado por Portugal; e levado a cabo pelo tratado de 18 de maio de 1891, extorquido pelo governo britannico á invalidez portugueza.



HENRIQUE DE BARROS GOMES
Ministro dos estrangeiros em 1890

O litigio, que veio a liquidar-se desastrosamente pelo *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, pode dizer-se começou então. Durante dois annos — forçoso é reconhecer para esclarecimento da historia e apuramento de responsabilidades — a Inglaterra oppoz ás pretensões de Portugal o *veto* mais formal. Já em 1887, o marquez de Salisbury protestava contra os tratados, assignados e publicados, de Portugal, com a Allemanha e a França, declarando não nos reconhecer o direito, que aquellas nações nos attribuiam, de exercermos jurisdicção em territorios d' Africa, onde não tinhamos occupação efectiva e invocando para justificar o seu protesto as decisões da Conferencia de Berlim. Mais tarde, em 1888, sir James Fergusson pronunciava na Camara dos Communs, um discurso que fez rapida impressão em Portugal, mas nem por isso deixou de constituir uma negação severa, que o governo britannico oficialmente appoiou, dos

direitos de soberania, invocados pelo governo portuguez, sobre o sertão da Africa Oriental. Quando, após o tratado feito pela Inglaterra com o regulo Lobengula, o governo portuguez quiz definir, por uma delimitação, a posse dos territorios da Africa Oriental, (outubro de 1888)



GRUPO DE FERIDOS E MUTILADOS DA REVOLTA

o governo britannico, presentindo que não chegaria a uma rapida conciliação, fez-lhe sentir pelo ministro em Lisboa, sir George Petre, que o estado das relações entre os dois governos, no que se referia ás questões africanas, «estava longe de ser satisfatorio, e que uma prolongação d'esse estado podia conduzir a uma seria quebra de amizade entre os dois paizes.»

Em janeiro de 1889, em Londres, o marquez de

Meu Am^o Magos

Pensei ter-lhe merecido este
conceito do que aquelle que
tão infundadamente suppon
de mim. Agora é que
vae saber-se quem são
os homens fortes, de bem e
leaes. Isto não é superior o
n^o - que o Am^o suppon de
mim, mas é a prova da
experiencia que vae paten
tear-se. Vamos ver: em
meu poder já estão as provas
da minha parte, agora
só quero ver as dos outros,
parte dos quaes já sei a bellura
e o valor d'esses quilotes!

Escreva agora a historia dos
valentes e dos brios d'elles! Cha-
mo-lhe ainda Am^o dedicado

Santos Cardoso

FAC-SIMILE DE SANTOS CARDOSO

Salisbury queixava-se ao ministro portuguez sr. Dantas, de que o governo portuguez fizesse partir para a Africa Oriental e com destino mysterioso, uma expedição (a de Antonio Maria Cardoso) cujo objectivo principal parecia

ser o territorio occupado pelas missões e estações commerciaes inglezas, na margem do lago Nyassa e, ao mesmo tempo, avisava aquelle agente diplomatico «de que as boas relações dos dois paizes não podiam por muito tempo resistir ao perigo a que estavam sendo expostas.»

O *ultimatum* preparava-se assim de longa data, de fórma que, quando veio, se pôde surprehender o paiz, que ignorava o estado das relações do governo com a Inglaterra, não pôde surprehender este, que ha dois annos o engendrava com os procedimentos da sua politica indecisa e pusillanime.

O homem politico que representou mais evidente papel n'este litigio foi o sr. Henrique de Barros Gomes, cujas intenções não pôdem rasoavelmente ser mal qualificadas, mas cuja competencia esteve muito abaixo da missão de que os acontecimentos o investiram. A tarefa pesada de



SIR GEORGE PETRE
Ministro de Inglaterra em Lisboa, em 1890

affrontar o poder da Inglaterra, ao mesmo tempo com os recursos de uma diplomacia habil e as faculdades de um forte temperamento de estadista, foi superior ás suas forças. Conduziu-se sempre inhabilmente e sempre debilmente. Quando poderia ter invocado efficazmente os preceitos da Conferencia de Berlim, que salvaguardavam os interesses em litigio, de Portugal, não o fez, e só o fez depois—tardamente. Quando seria opportuno iniciar a obra de occupação e civilisação que a Inglaterra precisamente allegava não existir, nos territorios contestados da Africa Oriental, tampouco o fez, só o fez mais tarde e sempre tardamente. Esquivou-se para acquiescer, resistiu para pactuar. Por ultimo succumbiu. Uma das suas ultimas notas á Inglaterra deu-lhe algum prestigio. Fugaz prestigio! A historia das negociações que tão funestamente elle dirigiu, reduz a sua personalidade a proporções bem mediocres.

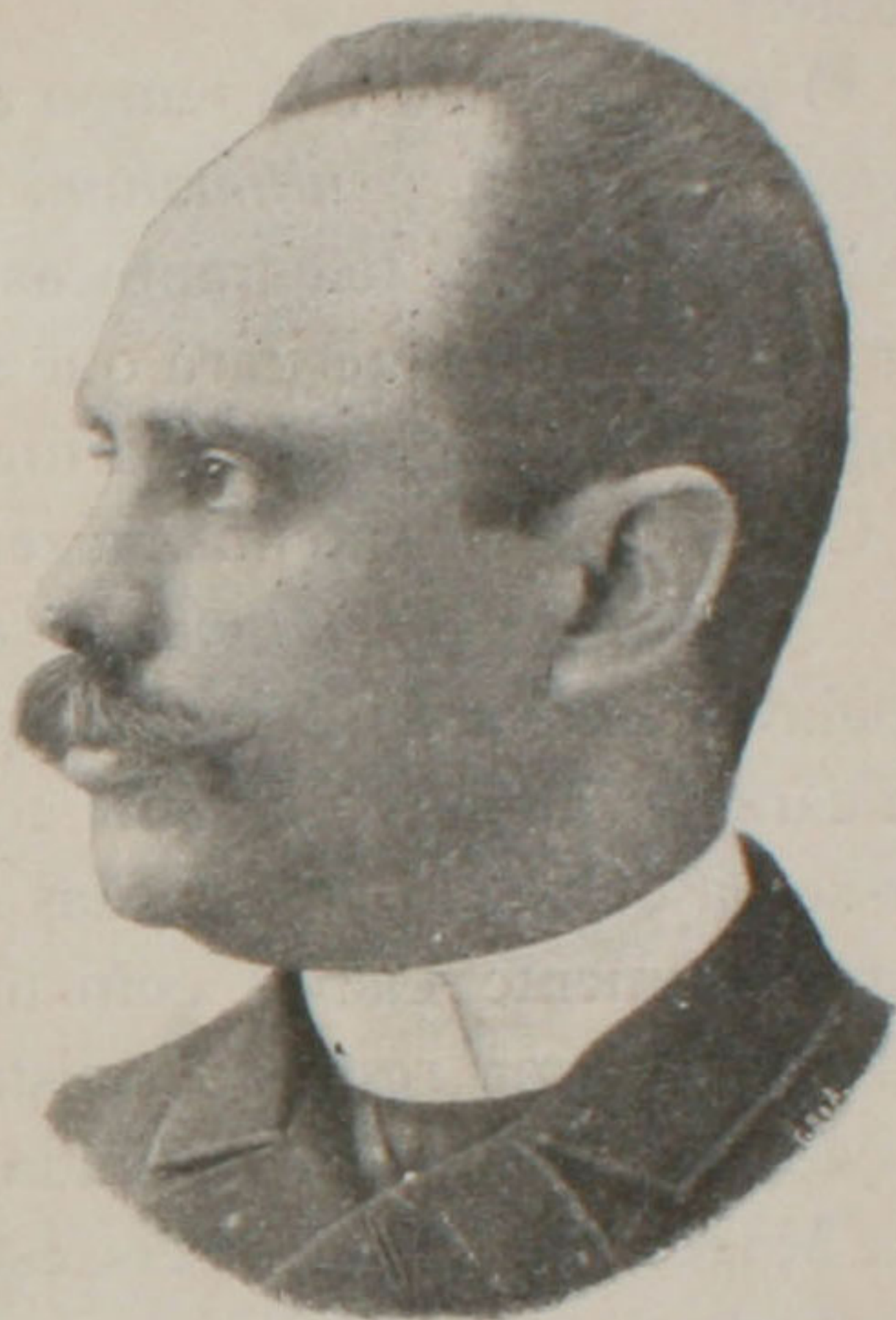
O *ultimatum* de 11 de janeiro veio em seguida á incursão da expedição do major Serpa Pinto no territorio dos makololos, sobre o qual a Inglaterra invocava um protectorado tanto mais phantasista quanto nenhum acto serio o legitimava. A expedição Serpa Pinto, que, como as outras expedições portuguezas que então se lançaram sobre a Africa Oriental, para, sempre tardamente, assegurar de um modo effectivo a soberania portugueza sobre os territorios que reivindicava, foi accommettida pelo gentio, que bateu e poz em derrota.

A's immediatas reclamações da Inglaterra, o ministro dos negocios estrangeiros respondeu com algumas benignas razões. Mas era tarde. O pretexto estava dado. Em 5 de janeiro, o ministro inglez em Lisboa escrevia em nota ao sr. Barros Gomes: «A affirmação de V. Ex.^a, de

que foram os makololos que atacaram a expedição e que o combate se limitou á defeza, não parece ao governo de Sua Magestade ser de muito peso, pois que a acção dos makololos, quer tomassem a offensiva, ou não, foi unicamente determinada pelo desejo de proteger o seu territorio contra a invasão.»

A situação torna-se tensa e é então que o ministro propõe — tardia-mente! — que de parte, a parte, se suspenda qual-quer acção, submettendo-se o litigio ao exame e decisão de uma conferencia das potencias signatarias do Acto geral de Berlim. «Effectivamente — escrevia lamentosa-mente o sr. Barros Gomes na sua nota de 8 de janeiro a sir George Petre — se ácerca dos territorios do Chire e do Nyassa, a Inglaterra tivesse reconhecido o direito historico constantemente affirmado por Portugal, nenhuma questão teria surgido.»

O *ultimatum* aproxima-se. O *memorandum* de 10 de janeiro entregue pelo ministro Petre ao sr. Barros Gomes já é comminatorio. «O Governo Britannico precisa saber — diz esse documento — que foram envia- das instrucções precisas ás auctoridades portuguezas em Moçambique com referencia aos actos de força e



HINTZE RIBEIRO

Ministro dos estrangeiros em 1890
(Situação regeneradora)

ao exercicio de jurisdicção que ali subsistem actualmente.»

O governo não tem tempo de responder. O ministro inglez apresenta o *ultimatum*, intimando o governo a enviar instrucções telegraphicas immediatas ao governador de Moçambique para que se retirem sem perda de tempo as forças militares portuguezas que se encontrem no Chire e bem assim nos paizes dos makololos e mashonas. A formula do *ultimatum* é explicita e nem mesmo a palavra *intimação* deixa de apparecer n'ella, a dar-lhe um caracter inequivocamente comminatorio: «Mr. Petre ver-se-ha obrigado, á vista das suas instrucções, a deixar immediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatoria á precedente intimação não fôr por elle recebida esta tarde; e o navio de Sua Magestade, *Enchantress*, está em Vigo esperando as suas ordens.» (1)

Já no dia 11 começou a correr a noticia de que este documento tinha sido recebido no ministerio dos nego-

(1) O ministro dos negocios estrangeiros, sr. Barros Gomes, respondeu na tarde do mesmo dia (11 de janeiro), e em conformidade com a intimação do governo britannico, por uma nota, que é o ultimo e esteril protesto official da nação esbulhada pela Inglaterra.

A capitulação dos direitos portuguezes contem-se no seguinte paragrapho da mesma nota:

«Na presença de uma ruptura imminente de relações com a Grã-Bretanha, e de todas as consequencias que d'ella poderiam talvez derivar-se, o governo de Sua Magestade resolveu ceder ás exigencias recentemente formuladas nos dois memoranda a que alludo, e resalvando por todas as formas os direitos da corôa de Portugal nas regiões africanas de que se trata; protestando, bem assim, pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do acto geral de Berlim, de ver resolvido definitivamente o assumpto em litigio, por uma mediação, ou pela arbitragem; o governo de Sua Magestade vae expedir para o governador geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha.»

cios estrangeiros. No dia 12, os jornaes confirmavam-n'a, e, immediatamente, foi de norte ao sul, uma immensa explosão de colera, que surprehendeu, porque se suppunha o povo sem energias civicas, e desnorteou completamente a corôa, os governos e os partidos políticos, que nem estavam preparados para as secundar, nem para lhes resistir.

Assim, aos primeiros symptomas do levantamento popular, em Lisboa, houve um momento de panico nas regiões do poder. O gabinete progressista cahiu desamparadamente, em meio dos primeiros tumultos, e quando, organizado á pressa, o novo gabinete regenerador presidido pelo sr. Antonio de Serpa Pimentel, tomou conta do governo, o seu primeiro pensamento, antes que pudesse estudar o character da situação, foi defender a corôa, que suppunha ameaçada, collocando-a sob a protecção da Inglaterra e em antagonismo com o sentimento nacional. (1)

Este foi o facto fundamental, que deu origem ás perturbações pòliticas continuadas até aos nossos dias e attribuidas ao effeito moral do *ultimatum*.

(1) Em 18 de janeiro, o ministro dos negocios estrangeiros, sr. Hintze Ribeiro, conferenciava com o ministro inglez em Lisboa, que, n'estes termos, escrevia ao seu governo:

«*Sua ex.^a* (o sr. Hintze Ribeiro) *foi claro e emphatico. Disse depois que a grande excitação causada pela ultima crise, segundo elle acreditava, havia de decahir gradualmente e que esperava que o governo de Sua Magestade adoptasse para com Portugal uma politica conciliadora e habilitasse o ministerio a vencer mais facilmente as difficuldades que o rodeavam, não se esquecendo a Inglaterra da duradoura alliança que até recentemente existira entre os dois paizes.*»

O gabinete regenerador, constituido a 15 de janeiro, era composto dos srs. Antonio de Serpa Pimentel, presidencia, reino e guerra; Lopo Vaz de Sampaio e Mello, justiça; João Franco Castello Branco, fazenda; Hintze Ribeiro, estrangeiros; João Arroyo, marinha; Frederico Arouca, obras publicas.

**Joaquim Taibner de Moraes,
Governador Civil interino
do districto do Porto:**

Cumprindo as ordens do Governo, suspendo n'este districto, enquanto durar a rebellião que se manifesta n'esta cidade, as formalidades que garantem a liberdade individual.

Governo Civil do Porto, 31 de Janeiro de 1891.

Joaquim Taibner de Moraes.

EDITAL DO GOVERNO CIVIL DO PORTO, SUSPENDENDO AS GARANTIAS
(31 de Janeiro de 1891)

Entre os partidos politicos surprehendidos pelo movimento patriotico de janeiro, estava o partido republicano, a cuja opportuna e energica intervenção já se devera o mallogro do tratado de Lourenço Marques (1879), mas que d'esta vez se encontrou perante a responsabilidade,

não de «defender a honra nacional ultrajada», como então (*José d'Arriaga* — A INGLATERRA, PORTUGAL E AS SUAS COLONIAS), senão de lançar o povo nos braços da revolução, em que elle parecia querer precipitar-se, depois do insuccesso civico da corôa e do governo.

Em meio da sua surpresa, se os partidos conservadores se encheram de panico, o partido republicano encheu-se de embriagadoras esperanças; mas, nem as condições da sua organização politica, nem o temperamento, ou as faculdades dos seus homens lhe permittiram transformar o movimento em beneficio do triumpho da sua causa, que assim se limitou a adquirir esse novo e mais que nunca vigoroso impulso, que determinou a revolta do Porto e as persistentes luctas anti-dynasticas que tem assignalado a historia politica dos ultimos dez annos, em Portugal.

D'est'arte, ficou de um lado o poder manejando já as primeiras armas da oppressão para suffocar os impulsos de um patriotismo tanto mais para temer quanto não era acompanhado pela corôa, e do outro, o sentimento publico, isempto de qualquer direcção superior e entregue aos seus arrebatamentos e desvarios.

A revolução nacional, vingadora e redemptora, que parecia dever sahir do profundo resentimento e da cruel desillusão do paiz — não se deu. Vieram então as desordenadas manifestações do zelo e da paixão patrioticas, sinceras umas, outras de uma duvidosa sinceridade. (1) A

(1) Para a subscrição nacional, por exemplo, contribuíram personagens, a quem essa demonstração era manifestamente antipathica. Mas foi forçoso, nos dias asperos d'essa crise, seguir o curso do sentimento publico, afim de não cavar mais fundo os antagonismos que já começavam a pronunciar-se.

par dos protestos de todo o genero, oraes e escriptos, organisaram-se parlamentos de cidadãos deliberando em nome da Patria, como foi a Liga Patriotica do Norte, collocada sob a invocação do nome cheio de prestigio, de Anthero de Quental, poeta e philosopho, e lançou-se a publico a idéa sentimental, acolhida com um ingenuo enthusiasmo, de uma subscrição nacional, afim de augmentar os recursos navaes do paiz, porque o que a affronta do *ultimatum* fez primeiro ver a toda a gente foi que o paiz estava sem defeza.

Apezar de tumultuario, o movimento patriotico era, comtudo, acolhido com uma perfeita unanimidade.

Lisboa offerencia o aspecto de uma cidade em revolução. Os caffès regorgitavam de gente, que animadamente discutia, soltava imprecações, propunha alvitres de desaffronta. Do caffè Martinho haviam mesmo sahido as primeiras manifestações, e ali se convocava todas as noites o patriotismo intellectual — os escriptores, os poetas, os jornalistas, os medicos, os advogados, os funcionarios, de envolta com militares, que não hesitavam tomar parte nas mais inflammadas discussões. Todas as preocupações, as mais graves, cediam o logar á da patria agravada. Todos os corações estavam em sobresalto; todas as faces accesas. Tinha-se já apeiado o escudo da legação ingleza e apedrejado a residencia do ministro dos negocios estrangeiros. Ás janellas da casa da Sociedade de Geographia, que tomara a iniciativa de dirigir um protesto a todas as associações congeneres da Europa, discursava-se entre bandeiras desfraldadas, para a multidão que, em baixo, ouvia e applaudia como nos comícios.

Um antigo deputado progressista, o dr. Eduardo d'Abreu, á frente de uma numerosa manifestação, envol-

vera n'uma longa cinta de crepe a estatua de Camões. (1) Manifestava-se em frente das legações que representavam Estados sympathicos á multidão, como a Hespanha e a França; manifestava-se todas as noites nos theatros. Uma onda de populares invadiu de improviso a sala de S. Carlos, durante o espectáculo, que foi interrompido, havendo um momento de panico nos camarotes, pois se acreditou que era a revolução que rebentava cá fóra, na rua.

O compositor Alfredo Keil, como Rouget de l'Isle, inspirou-se na paixão patriótica, que n'esse momento assoberbava todos os corações, e compoz um hymno a que chamou a *Portuguezza* e para o qual o official da armada, auctor dramático e poeta, Henrique Lopes de Mendonça, escreveu a letra em grupos de estrophes, que terminavam como as da *Marselheza*, por um brado ás armas.

A's armas!
A's armas!
Sobre a terra
Sobre o mar! . . .

Immediatamente, este hymno foi adoptado como o canto nacional e, em toda a parte, executado e ouvido de pé. Na rua, as creanças cantavam-n'o; os gaiatos assoberbavam-n'o. Esta peça musical teve uma tal significação,

(1) No pedestal do monumento foi affixado um aviso, cujo texto dá idea da sobreexcitação dos espiritos, durante os primeiros dias da crise patriótica:

«Estes crepes — lia-se no aviso — que envolvem a alma da patria, são entregues ao respeito e guarda do povo, da mocidade academica, do exercito e da armada nacional. Quem os arrancar, ou mandar arrancar, é o ultimo dos cobardes, vendido á Inglaterra».

que acabou por ser expressamente banida do repertorio das bandas militares, e, hoje, é prohibido executal-a em publico. *A Portuguesa* deu mais popularidade ao seu auctor do que toda a sua obra de compositor.

Iniciavam-se ao mesmo tempo conferencias publicas



GRUPO DE REVOLTOSOS, a bordo do «Mozambique», em Leixões

de esclarecimento e de protesto, como as do professor Carlos de Mello, no vasto Colyseio da rua Nova da Palma, e ali accorria uma turba-multa, avida de conhecer essa Africa, da qual parecia ouvir fallar pela primeira vez, porque a ignorancia sobre assumptos coloniaes e até sobre geographia de colonias era geral. Precisamente andavam na bocca de todos, nomes de africanistas por-

Aos nossos camaradas do Norte e Sul de Portugal

Aos cidadãos do Porto; aos cidadãos portuguezes:

A força do povo acabou de dar por lido o reinado do sr. D. Carlos de Bragança. Proclamou a Republica. Não se trata d'uma simples, d'uma transitoria revolta. Foi uma revolução que se fez.

Ha muito que a nação vinha agonizando, oprimida e vexada. As liberdades que a Constituição lhe garantia eram letra morta, direitos fallazes que a vontade do rei colhia a seu bel-prazer. A agricultura perdia-se. Definhava a industria. O commercio não achava expansão. A instrução era uma burla. O exercito, menosprezado e obrigado a representar perante o povo um papel indecoroso e incompativel com a honra da

nação, a parte pompeiava a corrupção. A doblez era o processo.

Recordava-se por um lado a

Eis o que era a situação do nosso paiz. Situação aviltante, deshonrosa, receiante. Nas regiões do governo nenhuma esperança. As decepções succediam-se. E de cada vez nos iamos subvertendo mais.

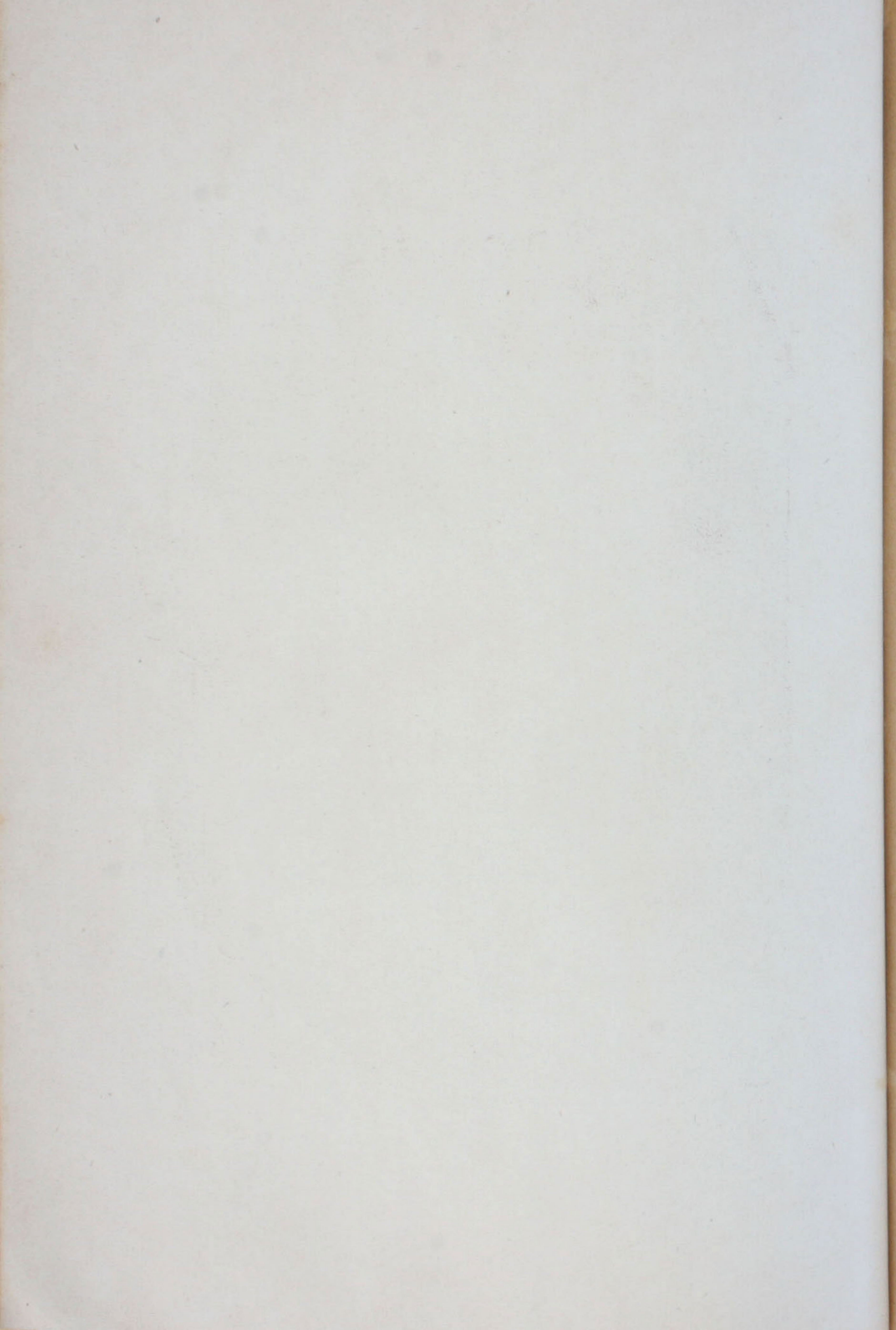
Só nas entranhas profundas da nação, no povo, na mocidade, no exercito, na armada, no clero, palpitava ainda, generosamente e sinceramente, o levantado sentimento da amor patrio e do desprendimento civico. Dizia-se que era preciso mudar com isto. Construir sobre as ruinas d'uma systema de decadencia o edificio glorioso d'um Portugal novo.

E' a isto que veio a força armada do Porto para dar n'um facto as aspirações nobres mas desatendidas do povo portuguez.

Acima dos interesses mesquinhos, acima da ambição, acima d'uma regra estreita e deprimente, acima da gloria sacrosanta da Patria appareceu a sua energia.

MANIFESTO DA REVOLTA DO PORTO

*Fragmento de um dos exemplares
queimados, no momento da derrota.—
Unico que existe.*



tuguezes, em serviço nas expedições, trazidos pela primeira vez a uma ruidosa publicidade, como os de Paiva d'Andrada, Antonio Maria Cardoso, Victor Cordon, Azevedo Coutinho, Alvaro de Castellões. Mas sobre todos estes o que alcançou mais rapido prestigio e maior gloria foi o de Serpa Pinto.

O major Serpa Pinto, já celebre pelas suas travessias no sertão africano, voltava á celebridade pelo facto de ser o pretexto, invocado pela Inglaterra, para as suas reclamações sobre o territorio do Nyassa. Serpa Pinto, que d'essa vez se incumbira de dirigir uma das expedições scientificas organisadas na metropole, em obediencia ao pensamento tardio de assegurar a effectividade dos direitos de Portugal nas regiões do Chire, em que a Inglaterra se oppunha a reconhecê-los, encontrou, como já dissemos, na sua marcha, a hostilidade, preparada pelos agentes britannicos, do gentio da tribu dos matabeles, que bateu. A noticia d'este acto de iniciativa, que, desde logo, aos olhos portuguezes, tomou as proporções de um feito, engrandeceu consideravelmente a figura arrogante de Serpa Pinto; mas o que acabou por o cobrir de uma gloria



BARJONA DE FREITAS

Negociador do tratado de 20 de agosto de 1890

imprevista, como só a sabem outorgar, nos seus insensatos entusiasmos, os povos peninsulares, foi o conhecimento da carta que elle dirigiu ao agente britannico Buchanan, o qual o intimava a não avançar pelas terras dos makololos, collocados sob a protecção do governo inglez.

N'essa carta, datada de 21 de agosto de 1890 e escripta do acampamento de Massange, á beira do Chire, dizia Serpa Pinto ao agente Buchanan:

«Emquanto á intimação, que V. Ex.^a me faz, de não continuar no meu caminho, peço licença para lembrar a V. Ex.^a que eu só recebo ordens do governo de Sua Magestade Fidelissima, de quem as recebo directamente, e, como não recebi ordem em contrario, continuarei, tenaz e pacificamente, a minha jornada, arvorando uma bandeira de paz e só de paz, mas prompto a repellir com energia quaesquer aggressões sem motivo, que me possam ser feitas.» (1)

Como uma parte da imprensa ingleza reclamava a punição do official portuguez, pela sua acção contra os

(1) «Ha ainda n'essa carta, o seguinte paragrapho, que Pinheiro Chagas (AS NEGOCIAÇÕES COM A INGLATERRA — 1887-1890) qualifica de admiravel:

«Se na verdade — escrevia Serpa Pinto a Buchanan — os Makololos estão debaixo da protecção do governo inglez, e por conseguinte lhe obedecem, estou certo de que a minha passagem será facil e segura, porque o governo inglez representado por V. Ex.^a, só me pode dar facilidades, sendo eu de um paiz que sempre tem abertas, franca e lealmente, as portas das suas colonias a expedições scientificas inglezas, prestando-lhes todo o auxilio e amparo; mas, em todo o caso, se é verdade o que V. Ex.^a me diz, peço-lhe que convença os Makololos de que a minha expedição é pacifica e scientifica, que lhes diga que pertenco a uma nação amiga da Inglaterra, e que, portanto, não perturbem a minha marcha, perturbação a que V. Ex.^a n'esse caso, não pode ser considerado extranho; e assegurando-lhe que não posso consentir que um chefe negro queira disputar-me a passagem, ou fazer-me o mais insignificante insulto, asseguro, alem d'isso, a V. Ex.^a que, se na minha entrada no territorio makololo, eu fôr atacado, tomarei immediatamente a offensiva e acabarei de uma vez com essa causa constante de perturbação, n'esta parte do Chire.»

makololos, o major Serpa Pinto appareceu logo ao espirito febricitante da multidão, revestido já de uma aureola de martyrio, como a que tem na historia das relações de Portugal com a Inglaterra, o brigadeiro Gomes Freire de Andrade, o que não fez senão augmentar o seu prestigio; e assim foi que elle se encontrou, de um dia para outro, em Portugal, acclamado como um heroe, pelo facto de haver arrogantemente affrontado o poder da Inglaterra, que a nação inteira detestava, e, por esse mesmo facto, indigitado para a alta missão civica da desaffronta, em nome d'ella.

Loucuras!

Serpa Pinto só podia desempenhar então uma missão satisfatoria e seria aquella que o collocasse á frente das revindicações populares, levando-o para onde sempre ellas levam os homens de espada que um dia descem á praça publica, isto é, para a sedição e para a revolução. Fóra d'isto, não tinha outra missão a desempenhar e não a desempenhou; e, porque a não desempenhou, optando mais tarde, entre a corôa e a nação, que ambas o chamavam, pela corôa, a cuja politica se submetteu, o seu prestigio desaboü.

Nas eleições que se seguiram ao *ultimatum* (março de 1890) o partido regenerador apresentou o seu nome ao suffragio dos cidadãos de Lisboa, com os de Castellões, Paiva d'Andrada e Antonio Maria Cardozo, em opposição á lista republicana composta de Latino Coelho, Elias Garcia e Manuel d'Arriaga e do candidato de protesto contra a dissolução recente da camara municipal, Fernando Palha. Serpa Pinto obtem uma fraca minoria.

Ainda por occasião do seu regresso á Europa (abril de 1890) o acolhem festivamente e lhe prestam homena-

gens. Mas, por todos os seus actos, elle parecia repellir o sentimento publico que o levantara tão alto. A grande aura de fortuna popular que o bafejára, deixou de soprar. Quando morreu, dez annos depois, esse heroe de um dia, indigitado para desempenhar no seu paiz um papel historico dos mais proeminentes, estava completamente esquecido.

Ao movimento iniciado em Lisboa, sem plano, mas com ardor e a que adheriram todas as classes, mesmo as aristocraticas ⁽¹⁾, responderam promptamente a provincia e o ultramar. No Porto, deliberava a Liga Patriotica; as camaras municipaes de todo o reino seguiam o exemplo da municipalidade de Lisboa, que tomou parte tão activa na acção patriotica, que o governo regenerador, irritado e inquieto, acabou por a dissolver.

A attitude da opinião europeia não fazia senão estimular o zelo do patriotismo nacional, subitamente despertado. Por toda a parte, o procedimento da Inglaterra era violentamente condemnado, e pela primeira vez, havia muitos annos, Portugal encontrou-se, embora mercê do seu infortunio, n'uma evidencia sympathica, de que os portuguezes, até então esquecidos no seu recanto occidental, ingenuamente se orgulharam.

Em Madrid, mais de 6.000 bilhetes, representando individuos de todas as classes sociaes, eram entregues, em demonstração de sympathia, na legação de Portugal. A Sociedade de Geographia de Hespanha, enviava a todas as associações congeneres da Europa, uma mensagem advogando a causa dos direitos portuguezes. Havia

(1) Deu-se, por exemplo, o caso do duque de Palmella renunciar a todas as suas condecorações inglezas, e collocar-se á frente da Commissão da subscrição nacional.

ainda esperanças de arbitragem, e as agencias telegraphicas informavam que os gabinetes italiano e austriaco estavam unindo os seus esforços aos do governo da Alemanha, para obter de lord Salisbury que fosse mais



PAÇOS DO CONCELHO, DO PORTO
(Occupado pelos revoltosos e ultimo reducto da revolta)

conciliador para com Portugal. No parlamento hespanhol, o deputado republicano Raphael Maria de Labra erguia a sua voz eloquente em favor da causa portugueza. No parlamento italiano, o deputado Mzzlein perguntava a Crispi como entendia intervir na questão. O ministro dos

negocios estrangeiros de França, sr. Spuller, era por seu turno, interpellado no mesmo sentido pelo deputado Jules Gaillard.

Na propria Inglaterra reprovava-se o procedimento do governo de lord Salisbury. O *Star*, órgão de Gladstone, abertamente condemnou-o. (1) Um outro periodico inglez, o *Bradford Observer*, publicou um verdadeiro protesto contra o atropello de que Portugal tinha sido victima. (2) Na assembléa annual da camara do commercio de Manchester, um dos assistentes, M. Rasdex, declarou que o conflicto com o governo portuguez teve por origem o procedimento «violento, deshonesto e arbitrario», do governo inglez.

A imprensa franceza, pela voz dos seus órgãos mais moderados, como o *Journal des Debats* e o *Temps*, qualificava de «descarado, brutal e cynico», o acto do governo inglez. O *Imparcial*, de Madrid, perguntava: «Expiará a Grã-Bretanha algum dia este feito e outros analogos?»

Como nos dias do infortunio polaco e da Grecia ameaçada, o espirito generoso de todos os advogados do Direito se levantou a favor de Portugal e dos portuguezes.

Mas uma das mais violentas causas de sobreexcitação

(1) O *Star* exprimia-se assim:

«Se Portugal fosse um covil de piratas chinezes, habitados a torturar os seus prisioneiros, em vez de ser como é o tradicional alliado europeu da Grã-Bretanha, não seria decerto tratado por esta, com mais summario processo, nem com mais arbitraria brutalidade.»

(2) «A parte britannica das negociações — escrevia esse jornal — foi tratada com um espirito, que se tivesse sido usado para com uma grande potencia, haver-nos-hia envolvido infallivelmente n'uma guerra, e n'uma guerra em que, demais a mais, os observadores neutraes teriam sido compellidos a considerar-nos como aggressores de proposito deliberado.»

publica foi a linguagem da imprensa portugueza, que poucas vezes terá sido tão poderoso instrumento de paixões populares. Na sua primeira hora de colera, a opinião encontrou-se secundada e estimulada por todos os principios, todos os partidos e todas as individualidades, mesmo por aquellas que pareciam estar mais divorciadas d'ella. Os órgãos mais moderados da imprensa de Lisboa e dirigidos pelos homens politicos menos empenhados em atear a chamma do grande incendio que lavrava, contribuiam, a par dos órgãos republicanos, para augmentar a excitação dos espiritos. O partidarismo, inspirando, mesmo n'essa hora de perigo para a causa conservadora, ora os regeneradores, ora os progressistas, produzia, por outro lado, documentos, como um supplemento á *Gazeta de Portugal*, órgão official do partido regenerador, publicado no dia 11 de janeiro, e no qual se excitava a opinião, isto é, a rua, a fazer justiça summaria aos individuos do gabinete progressista. (1)

A scisão entre a corôa e a nação, que coincidiu com as primeiras agitações do espirito publico, tornou-a mais profunda o governo regenerador, oppondo-se ás expansões do sentimento nacional, por formas, que logo se reconheceu não terem unicamente em vista salvaguardar a

(1) Linguagem do Supplemento :

«Mas os traidores e os cobardes tem o seu castigo n'este mundo.

«As circumstancias são graves.

«Não é possivel esperar, ou contemporisar por mais um instante.

«Portugal difficilmente pode recuperar a sua situação antiga, depois do que se passou; mas ao menos, que o mundo inteiro saiba que se fez justiça a essa gente sem brio e sem sentimentos, que assim destruiu e enfraqueceu a sua patria.

«Que se faça justiça a essa gente e que não haja demoras, nem de longas.»

ordem ameaçada, mas mais expressamente contrariar o proprio sentimento da nação.

Dir-se-hia e assim era, com effeito, que o governo não via com bons olhos as demonstrações populares, não porque ellas pozessem em perigo serio o socego das ruas, mas porque não eram de molde a chamar a Inglaterra a sentimentos conciliadores. Effectivamente, o gabinete Serpa Pimentel e o seu ministro dos estrangeiros, Hintze Ribeiro, não tinham então outro objectivo que não fosse o de chegar com o governo britannico, a um accordo, que pozesse termo á situação instavel em que haviam ficado as relações entre os dois paizes, depois da especie de rompimento do *ultimatum*.

Foi obedecendo a esta ordem de ideias que o governo se lançou no caminho das repressões. Só mais tarde, em vista dos cada vez mais profundos antagonismos que se levantavam entre a corôa e a nação e da crescente força do partido republicano, é que elle se decidiu a organizar uma resistencia mais seria, visando então a exclusiva de-feza do throno e das instituições.

Em fevereiro (11) renovam-se em Lisboa, mas com maior intensidade, os tumultos que assignalaram os dias do mez de janeiro anterior.

O governo prohibe um comicio que devia realisar-se n'esse dia, no recinto do Colyseu, e prohibe igualmente uma manifestação patriotica, que se propunha depor uma corôa na estatua de Camões. As demonstrações nas ruas são assignaladas por grande numero de prisões; Manuel d'Arriaga e Jacintho Nunes, entre outros cidadãos, são levados para bordo de navios de guerra. O governo prohibe os espectaculos, faz apprehender jornaes, dissolve a Camara Municipal e a Associação Academica. Por fim,

entra em conflicto com a commissão da Subscrição Nacional. A sua impopularidade não pode ser maior.

Entretanto, os animos parecem serenar. Está-se na expectativa do tratado, sobre o qual já correm boatos inquietadores.

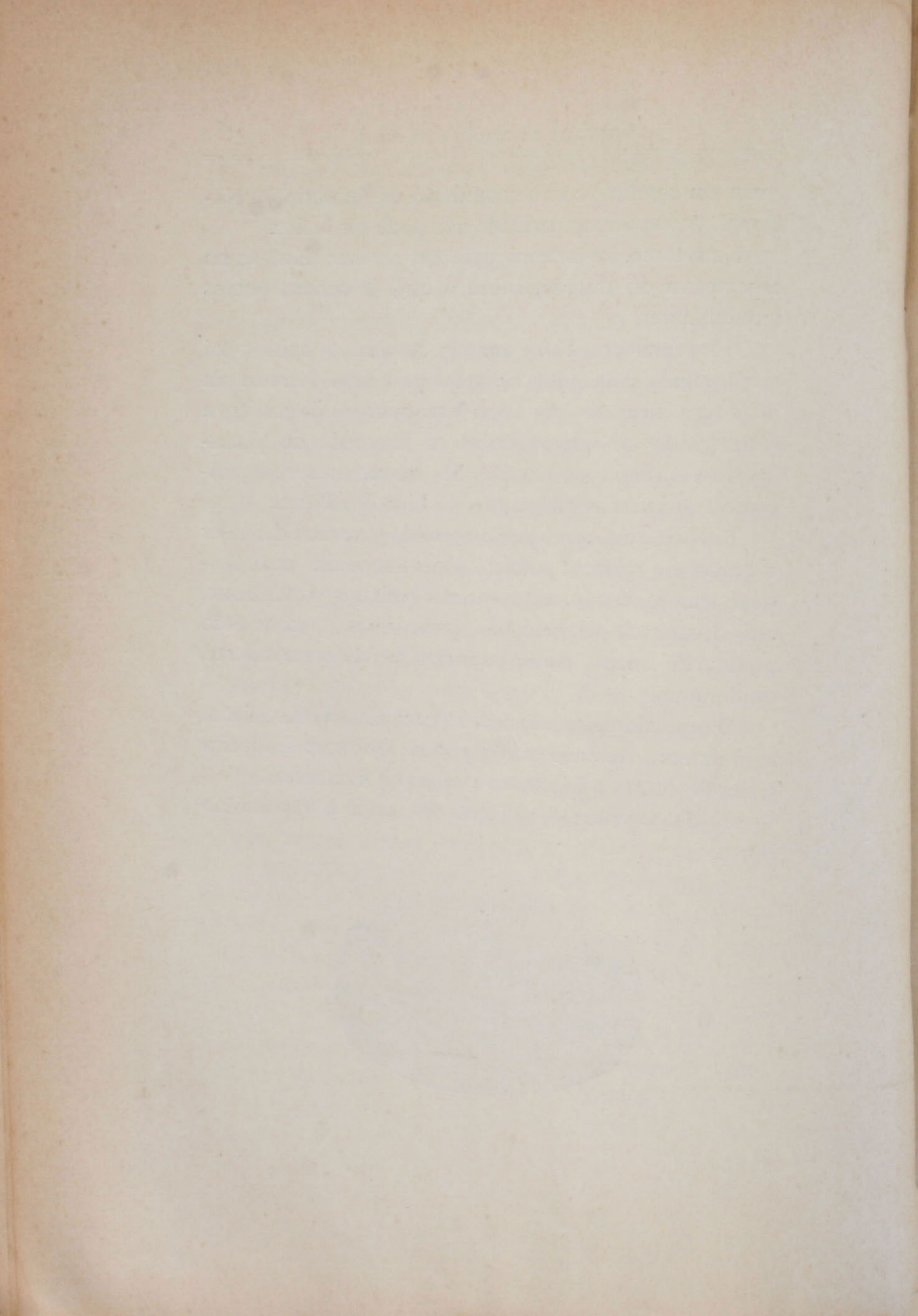
Na primavera d'esse anno (7 de abril), a opinião foi sobresaltada pela publicação dos primeiros decretos em dictadura, firmados por Lopo Vaz, ministro da justiça, e restringindo consideravelmente a liberdade de pensamento e o direito de reunião. No mesmo mez, reorganizam-se as guardas municipaes de Lisboa e Porto.

Reconhece-se que o pensamento do governo é defender a corôa e o regimen politico. Opera-se assim uma sensivel transformação nos costumes politicos portuguezes, que deixam de ser benignos, como antes da convulsão publica de janeiro, para passarem a ser, de parte a parte, intolerantes.

D'um lado fica a monarchia, com a sua velha alliada, a Inglaterra, que não quiz repudiar. Do outro lado, fica a nação, contra a Inglaterra e contra a monarchia.

E' d'este antagonismo que vae sahir a revolta do Porto.







CAPITULO II

Dissémos que a causa unica da revolta do Porto fôra o conflicto anglo-portuguez de 1890.

Com effeito, se esse conflicto não se tivesse produzido, o sentimento civico não despertaria entre os portuguezes, como tão fortemente despertou, precipitando-os em revindicações revolucionarias, e a nação, indifferente ao problema politico, em que procurava interessal-a o partido republicano, arrastaria sob o reinado do novo monarcha, a mesma vida apathica que vinha largamente arrastando sob o reinado de D. Luiz, até que os erros accumulados da administração monarchica determinassem a bancarrota do Estado, e então, mas só então porventura, se modificasse o sentir e o pensar da sociedade.

O partido republicano tinha até ao momento da crise de 1890 exercido uma acção relativamente restricta sobre o paiz, e dizemos relativamente, porque a ella se conser-

vavam ainda extranhos, o Porto, fiel á tradição monarchica e onde a obra dos publicistas republicanos,⁽¹⁾ não conseguira captar definitivamente o espirito da população, e a provincia, corrompida pelo regimen do caciquismo constitucional e refractaria ao conhecimento dos principios democraticos, que ainda lhe eram representados como principios de anarchia e de desordem.

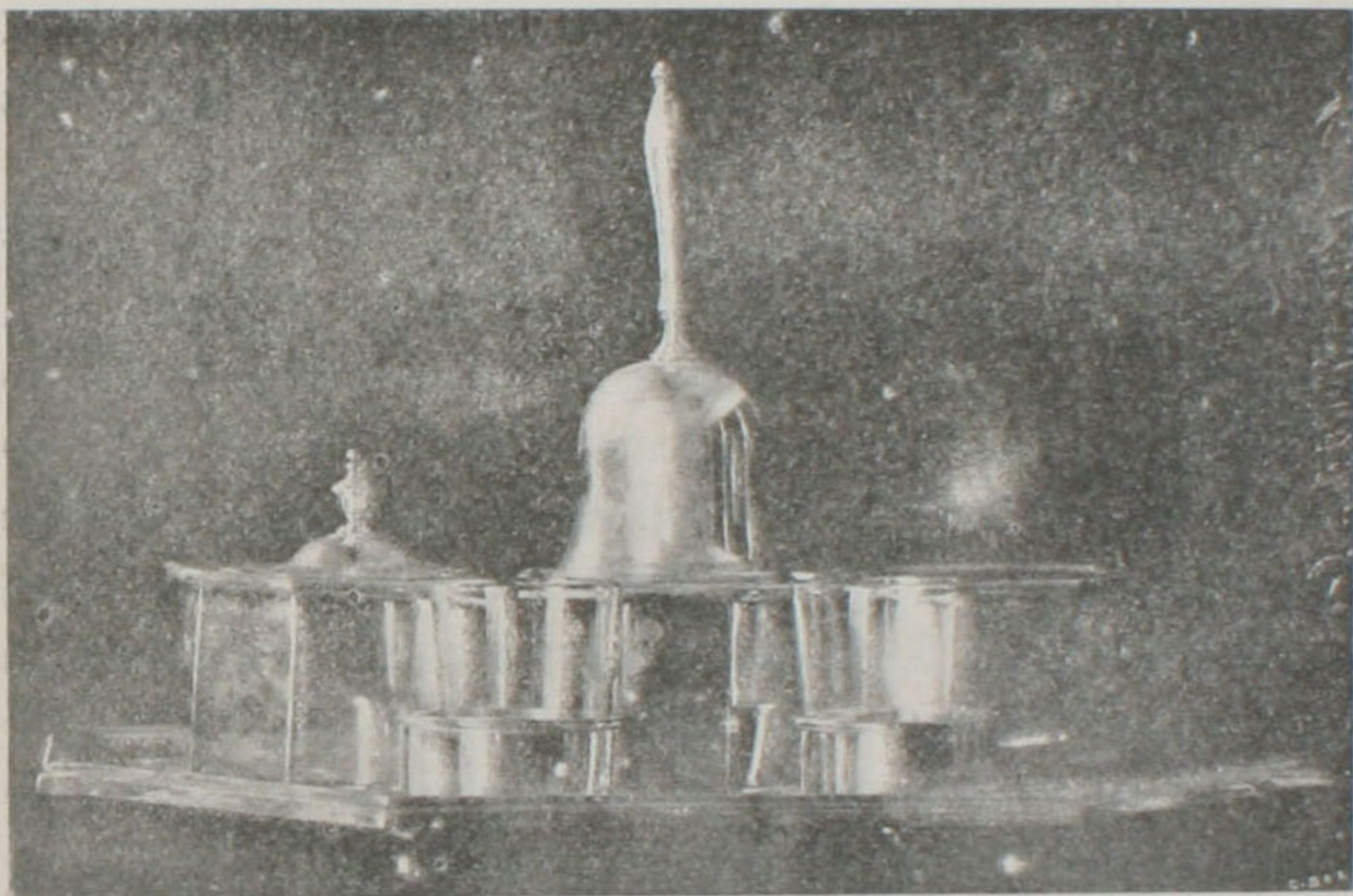
Apenas em Lisboa, o partido republicano dispunha de uma organização eleitoral e de um grande numero de suffragios, que mais de uma vez lhe permittiram travar luctas politicas que interessaram a opinião e ás quaes a democracia portugueza inquestionavelmente deve os seus primeiros impulsos. Mas essa mesma força não se assinalara por sensiveis progressos no sentido da conquista do poder politico.

Passada a agitação do anno de 1880, produzida pelo tratado de Lourenço Marques e que, de resto, não tivera por effeito senão tranquillisar a opinião, que d'essa vez, ao contrario do que devia succeder dez annos depois, encontrou, já no repudio do tratado, já na favoravel arbitragem de Mac-Mahon, plenas satisfações, — o partido republicano entrou em decadencia, a ponto que em 1889, o conhecido jornalista Emygdio Navarro o aconselhava no seu jornal *Novidades*, a renunciar a uma causa, cujo triumpho parecia relegado para muito tarde⁽²⁾. Algumas

(1) Alves da Veiga, José Pereira Sampaio (Bruno), Emygdio d'Oliveira.

(2) « A tal ponto se tornou notavel a apathia em que pareceu cahir o partido republicano, que o jornal do Sr. Emygdio Navarro lembrou-se de fazer um appello a) nosso estado maior, convidando-o a ir religiosamente enterrar uma bandeira que parecia condemnada a não se desfraldar jamais, e supplicando-nos a nós todos que fossemos uteis á patria, levando o nossa dedicação, o nosso esforço, o nosso trabalho, a nossa intelligencia, aos arcaes do Estabelecido, que nos receberia de braços abertos. » — (A INSURREIÇÃO DE JANEIRO — Heliodoro Salgado).

deserções já tinham mesmo occorrido⁽¹⁾ Certos conhecidos republicanos acolhiam-se a um novo gremio politico — a *Esquerda dynastica*, de que foi fundador e se fez chefe o sr. Barjona de Freitas. Chegou mesmo a dizer-se que o partido republicano se fundiria com a nova facção conservadora. Foi n'esta crise de desorganisação que o



TINTEIRO DA MESA DA PRESIDENCIA, NA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
(Serviu no acto da revolta)

surprehenderam os acontecimentos do anno de 1890⁽²⁾.

Um facto novo tinha-se, é certo, produzido — a pro-

(1) No Porto, o publicista Emygdio d'Oliveira cessa a publicação do diario republicano — *Folha Nova*, que dirigia, e declara renunciar á politica republicana.

(2) « . . . aquelle que isto escreve procurou Elias Garcia, para lhe expôr o que se passava, e pedir-lhe que providenciasse de forma a poder ser aproveitado aquelle espontaneo appello para a Republica, feito pela praça publica. Elias Garcia respondeu que os acontecimentos o haviam tomado de surpresa e que nada estava preparado para um movimento revolucionario. » — (A INSURREIÇÃO DE JANEIRO — Heliodoro Salgado).

clamação da Republica, no Brazil, (novembro de 1889), que poderia exercer consideravel influencia nas condições politicas da sociedade portugueza; mas quando reflectimos que o advento do novo regimen não se fez acompanhar de successos felizes e, pelo contrario, não coincidiu senão com successos desastrosos, como a guerra civil logo após, e a crise financeira, somos levados a crer que esse facto novo não poderia ser, nem cedo, nem tarde, fautor de qualquer transformação no modo de ser da mesma sociedade.

Eis porque insistimos em procurar a origem da revolta do Porto no conflicto diplomatico de 1890.

A vasta e profunda perturbação que esse conflicto produziu na nação portugueza, vimol-a já. O sentimento da dignidade collectiva despertou com extraordinaria vehemencia, ao golpe do *ultimatum*, que, ao mesmo tempo recordava á nação a sua grandeza passada e a sua decadencia presente, e foi — póde dizer-se — a dupla consciencia d'estes dois factos que a sublevou, ferida no seu orgulho adormecido.

As lesões do orgulho, assim nos individuos, como nas nações, são as que mais difficilmente se curam.

A nação, em peso, exigiu o desaggravo.

Qual?

Nem ella o sabia!

Nas primeiras horas de desvario, houve quem propuzesse a guerra. Por momentos, a muitas imaginações, Lisboa appareceu ardendo, como Alexandria. Mais tarde, sobreveio o pensamento do *boycottage*, e logo se decidiu fazer a guerra, menos desigual, ao commercio e á industria ingleza. De qualquer modo, o desejo expresso do paiz inteiro foi que se supprimissem, desde logo, todas as

relações com a Inglaterra. Por isso se começou gritando: *abaixo a alliança ingleza!*

Como a corôa e os governos corresponderam a este sentimento, vimos tambem. Contrariando-o, não fizeram senão irrital-o.

Quando o sentimento publico comprehendeu que corôa e governos eram os seus inimigos, contra elles se voltou e não encontrando outra fórmula em que encarnasse o seu protesto, adoptou aquella que lhe pareceu visar mais directamente o objecto da sua indisposição. Essa formula foi a Republica.

Immediatamente, produz-se uma subita encorporação de todo o patriotismo offendido, no partido republicano. Adhere-se precipitadamente á Republica, em desaggravo, e á Republica não se pede nem melhor justiça, nem maior liberdade, mas simplesmente, —reparação. ⁽¹⁾ Dos partidos monarchicos debandam alguns homens: o partido progressista perde Eduardo d'Abreu, que se filia no partido republicano, e vê fugir-lhe definitivamente Guerra Junqueiro, que mais tarde arrojará á dynastia de Bragança esse terrivel pamphleto — *Patria!*

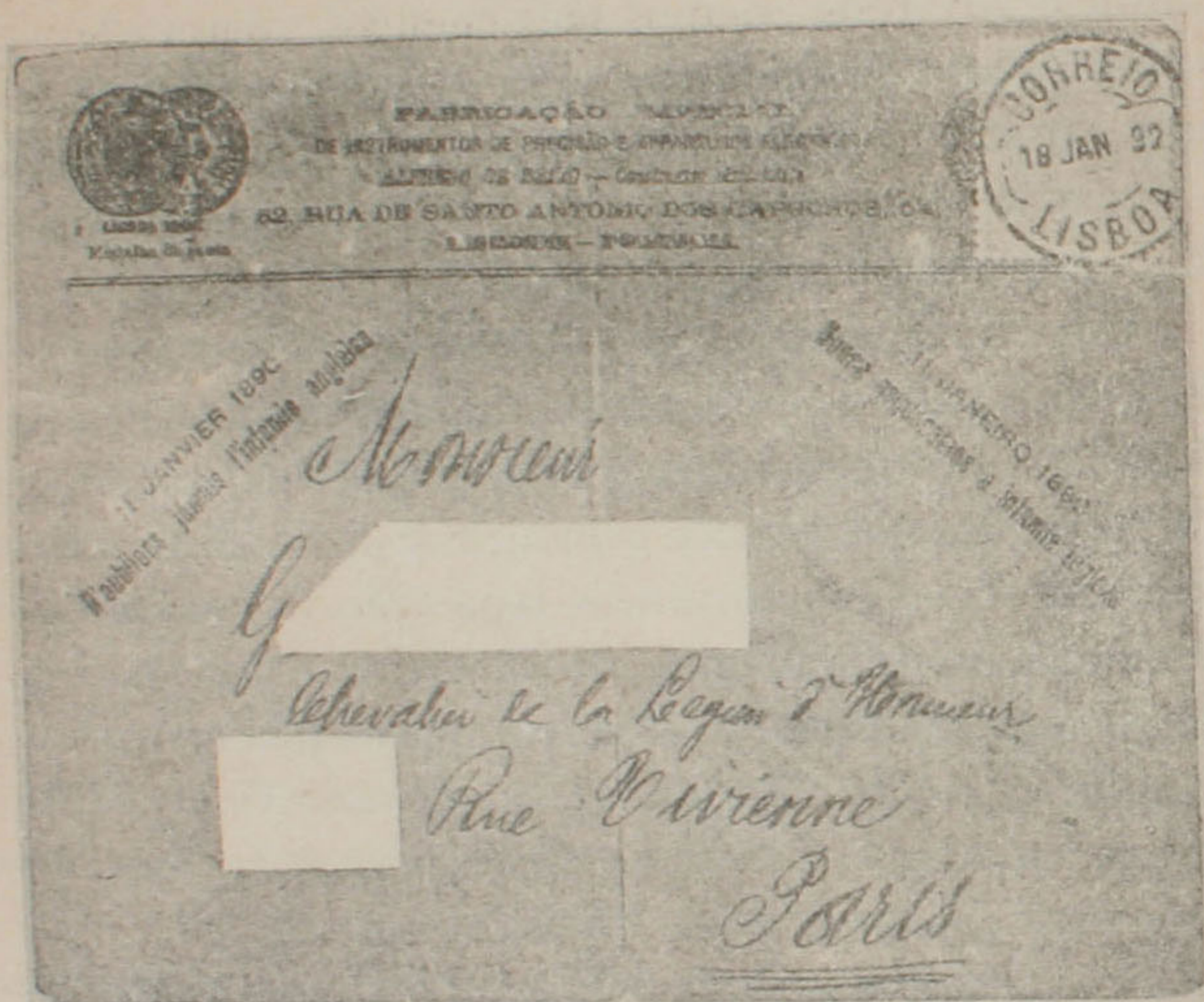
É o momento em que uma nova imprensa surge, reflectindo não já os interesses especiaes do partido republicano, mas as coleras e os enthusiasmos do patriotismo, identificado com a Republica para a missão commum da desaffronta.

Essa imprensa manterá toda a intensa crise moral do

(1) « *N'aquelle primeiro impeto, que nos trouxe para a rua, por occasião do ultimatum, não havia reflexão para meditar criterios muito profundos.* » — (DESAFFRONTA — Antonio José d'Almeida).

« *Republicano e patriota tornaram-se sinonimos. Hoje, quem diz patria, diz republica* » — (PATRIA — Guerra Junqueiro).

anno de 1890, e, pelo seu ardor e pela sua audacia, ateiará a revolta do Porto, que n'ella encontrará a sua mais activa e eloquente instigadora. A sua historia é inseparavel da historia d'esse movimento revolucionario. É a mocidade das escolas que primeiro toma a ini-

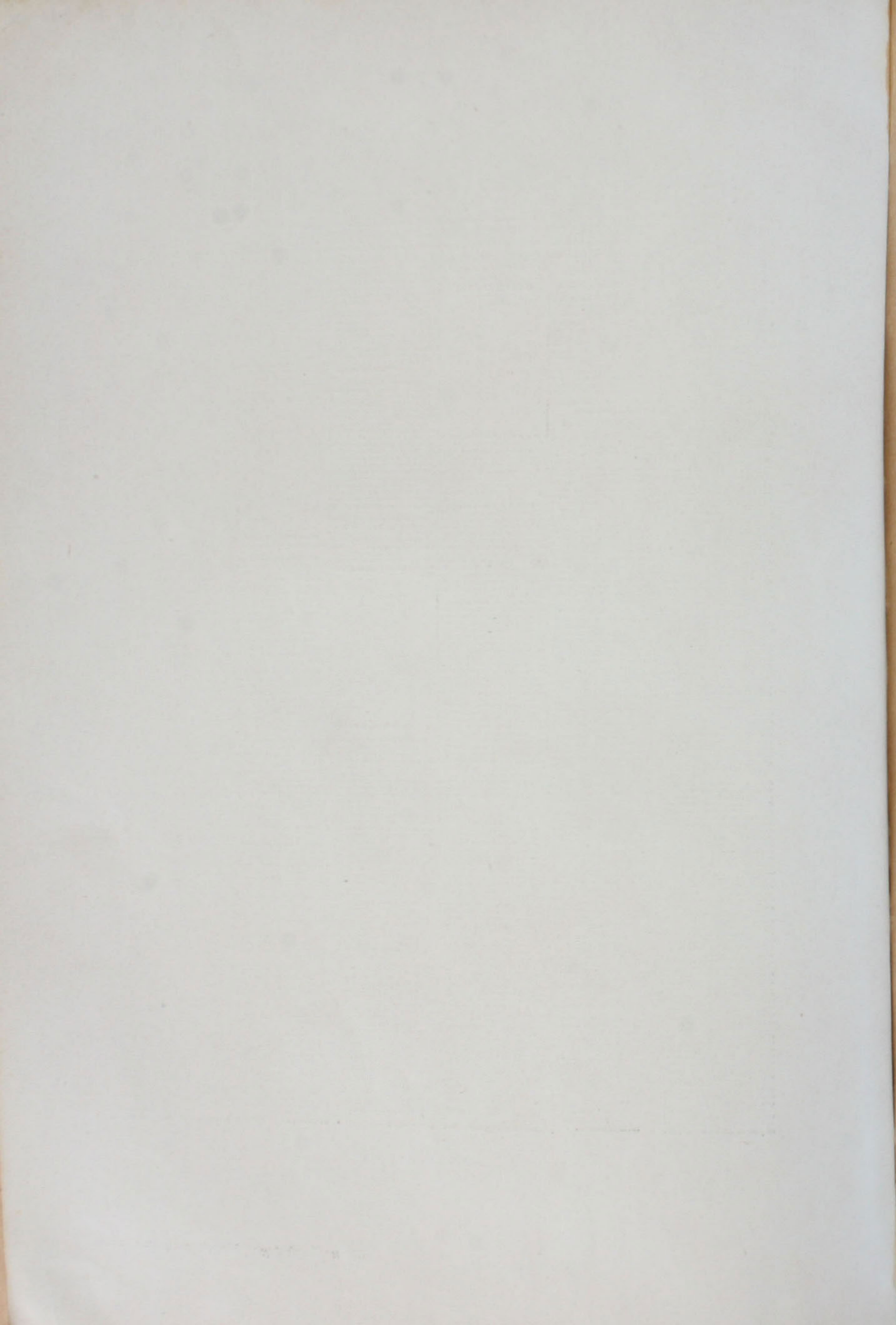


UM ENVELOPPE DO TEMPO DO Ultimatum

ciativa de crear essa nova imprensa republicana, sob a invocação da patria.

Um quintanista da Escola Medica de Lisboa, Hygino de Sousa, funda com outros n'esta cidade ⁽¹⁾, o diario *A Patria* (janeiro de 1890). Um outro estudante de medi-

(1) Brito Camacho e Estevam de Vasconcellos, estudantes de medicina; Chrispiniano Fonseca, alumno de engenharia civil, José Barbosa, estudante da Polytechnica, Luiz Serra, Eduardo Fernandes e outros.



cina da Escola do Porto, Eduardo de Souza, enceta ali mais tarde (março) a publicação de um semanario *O Rebate*. Em Coimbra, outro estudante de medicina, Antonio José d'Almeida, publica *O Ultimatum*. Mas de todas estas novas folhas de propaganda e de combate, a que teve uma vida mais larga e exerceu maior influencia sobre a opinião, foi *A Patria*, que deu logar ao apparecimento de alguns authenticos talentos de publicista, como o então estudante de medicina Brito Camacho, que mais tarde, medico militar, vem a soffrer grande numero de perseguições politicas.

A Patria, como os outros jornaes que essa epocha fez nascer e morrer após curta vida, usando largamente do regimen de liberdade que ainda então vigorava, formulou com uma tão completa independencia e uma tão descuidosa intrepidez os votos da juventude que dizia representar, que interessou e apaixonou a opinião no mais alto gráo, contribuindo assim para manter toda a excitação que acompanhou os dias de 1890 e não pouco a que precedeu, *intramuros* do Porto, a revolta de 31 de janeiro.

Com a *Republica Portuguesa*, da qual nos vamos occupar, foi *A Patria* o mais aspero pamphleto que se desencadeou contra a corôa e contra os governos n'essa epocha de lucta, e se foi elle que sublevou a consciencia e inflammou os corações da mocidade d'então, não o sabemos; o certo é que com a sua publicação coincidiu a formação, em Coimbra, da mais robusta legião de batalhadores que ainda as boas causas tinham recrutado nos claustros da Universidade, desde os tempos remotos do liberalismo combatente. Um documento, hoje esquecido, mesmo por alguns dos seus signatarios,—o manifesto dos

estudantes de Coimbra, de 13 de novembro de 1890, mostra-nos não já uma classe, ou uma corporação, mas uma geração inteira arremettendo com uma extranha furia contra o regimen do passado e reclamando o futuro em gritos de ensurdecer. Esse manifesto é a mais vi-

Boito do Macambiqui 22 3-91

Encarcerado como estou nesta prisão flutuante, vilipendiado, torturado e julgado pelos estíbulos da monarchia, aqui mesmo saúdo a minha querida patria.

Para que a religião republicana tenha exito que todos os verdadeiros crentes desejam, é preciso proceder contra a seita monarchica com o mesmo vigor, como se procedeu contra os jesuitas, e assim a nossa patria se tornará florescente e respeitada.

Am. Leitão

AC-SCIMILE DO CAPITÃO LEITÃO
(Da curiosa collecção do dr. Bernardo Lucas)

gorosa, embora tumultuaria affirmação de principios e, ao mesmo tempo, a mais dura e directa aggressão ao regimen monarchico-constitucional e á pessoa do soberano, que porventura tem visto a luz da publicidade em Portugal; e é preciso realmente que o estado de excitação dos espiritos fosse, por um lado, muito grande, e, por outro, que a cobardia do poder fosse incommensuravel

para que se tornasse possível escrevel-o e divulgá-lo. Com effeito, esse documento, que a policia não deixou espalhar, foi immediatamente reproduzido em dois jornaes — *Debates e A Republica Portugueza*, que circularam sem impedimento. (1)

Mas, além d'estes jornaes de iniciativa de estudantes, dois outros se fundaram ao tempo, que deveriam ter uma influencia maior e um mais vasto alcance que os primeiros.

(1) É por muitos motivos, interessante, consignar nas paginas d'este livro os nomes dos signatarios d'esse documento, tão singular quanto cremos não existir outro da mesma natureza, em todo o periodo constitucional.

São elles:

Francisco Vieira, 5.º anno de medecina; Fernando Teixeira Homem de Brederode, 5.º anno de philosophia; João Duarte de Menezes, 3.º anno de direito; Agostinho Celso de Azevedo Campos, 4.º anno de direito, Antonio Fernandes Pires Padinha, 3.º anno de philosophia; José Soares da Cunha e Costa, 5.º anno de direito; Francisco M. Couceiro da Costa Junior, 3.º anno de direito; Antonio José d'Almeida, 2.º anno de medicina; Antonio Pires de Carvalho, 2.º anno de medlcina; Manoel Rodrigues Pereira, 5.º anno de medicina; Lomelino de Freitas, 5.º anno de direito; Antonio Cabral, 5.º anno de medicina; Mario Augusto de Miranda Monteiro, 5.º anno de direito; Antonio Vicente Leal Sampaio, 4.º anno de direito; Augusto Barreto, 5.º anno de medicina; Silvestre Falcão, 3.º anno de medicina; Albano Guedes de Almeida, 3.º anno de direito; Pedro Celestino de Campos Paes do Amaral, 2.º anno de medicina; José Ernesto de Amorim, 2.º anno de medicina; João Raphael Mendes Dona, 2.º anno de medicina; Herculano Miranda de Carvalho, 2.º anno de medicina; Adriano José de Carvalho, 1.º anno de mathematica; João Fonseca de Figueiredo Peixoto, 2.º anno de mathematica; Francisco Baptista da Silva, 2.º anno de medicina; Herculano Pinto Diniz, 2.º anno de medicina; Fernando Maria de Souza, 1.º anno de direito; Arthur Braga, 1.º anno de philosophia; Diogo Barata Cortez, 2.º anno de philosophia, Alvaro Roxanes de Carvalho, 2.º anno de mathematica; Francisco Dias Ferreira Pinto, 2.º anno de philosophia; Paulo Falcão, 4.º anno de direito; Ignacio Manoel Teixeira de Mello, 3.º anno de direito; Augusto Carlos Vieira de Vasconcellos, 2.º anno de direito; João José de Freitas, 2.º anno de direito; Francisco José de Oliveira

Foram elles *A Republica*, cujo primeiro numero appareceu a 18 de abril de 1890, e *A Republica Portugueza*, que se publicou a 1 de setembro do mesmo anno, ambos no Porto.

O facto de um dos auctores d'este livro ter o seu nome vinculado á fundação d'aquelles dois periodicos e mais intimamente á do segundo, cujas relações com o acontecimento da revolta do Porto são bem conhecidas, não nos impede de fixarmos o importante papel que am-

Valle, 2.º anno de direito; Albertino de Pinho Ferreira, 3.º anno de direito; Antonio de Campos, 5.º anno de direito; Manoel Antonio Martins Pereira, 4.º anno de philosophia; Antonio Malva do Valle, 1.º anno de mathematica; Domingos Simões Sampaio, 2.º anno de pharmacia; José Vasques Osorio d'Almeida, 5.º anno de medicina; José Carlos Enhardt, 5.º anno de medicina; Julio Paulo de Freitas, 4.º anno de medicina; Jacintho Botelho Arruda, 2.º anno de philosophia; Evaristo José Cutileiro, 3.º anno de medicina; Abilio Antonio Pinto, 3.º anno de philosophia; Manoel Raposo de Medeiros, 1.º anno de mathematica; Manoel João da Silveira, 1.º anno de mathematica; Luiz Soares de Souza Henriques Junior, 3.º anno de philosophia; Antonio Baptista Leite de Faria, 5.º anno de philosophia; Simão da Cunha Brum, 4.º anno de philosophia; João Luiz Affonso Vianna, 1.º anno de pharmacia; Manoel Matheus, 2.º anno de direito; Antonio de Abreu Freire, 1.º anno de medicina; Anselmo Patricio da Encarnação, 1.º anno de medicina; Affonso Augusto da Costa, 3.º anno de direito; Manoel Mousinho de Albuquerque de Mascarenhas Gaivão, 4.º anno de direito; Antonio Jacintho Fernandes Gião, 4.º anno de mathematica; Lucio Paes Abranches, 1.º anno de medicina; Gregorio Pinto de Almeida Ereio, 1.º anno de mathematica; Francisco Maria do Amaral, 1.º anno de medicina; Antonio José Pereira da Silva, 4.º anno de direito; Guilherme Franqueira, 3.º anno de medicina; Abilio Augusto Coxito Granado, 4.º anno de medicina; Jeronymo Maria Pereira da Silva, 4.º anno de medicina; Lucio Martins da Rocha, 4.º anno de medicina; Julio de Mello e Mattos, 3.º anno de philosophia; Cesar Fernandes Ventura, 3.º anno de philosophia; Fausto Guedes Teixeira, 1.º anno de direito; Henrique Ventura dos Santos Reis, 5.º anno de mathematica e philosophia; José Joaquim Bessa de Carvalho, 3.º anno de direito; Gaspar Joaquim Galvão de Mello, 5.º anno de direito; Antonio Pinto de Magalhães e Almeida, 3.º anno de direito; Antonio Augusto d'Almeida Arez, 4.º anno de direito; Alberto d'Oliveira, 4.º anno de direito; Luiz Manoel Moreira, 4.º anno de direito; Victor José de Deus, 3.º anno de philosophia; Bernardo Pacheco Pereira Leite, 2.º anno de di-

bos, mas especialmente a *Republica Portugueza*, desempenharam, como elementos poderosos de propaganda politica e como agentes de excitação publica, tão efficazes que não ha maneira de desligar o movimento revolucionario de 31 de janeiro de 1891 da obra da imprensa republicana do Porto, organisada em virtude das perturbações por que passou a sociedade portugueza, após o conflicto com a Inglaterra.

A acção d'*A Republica Portugueza* sobre o successo

reito; Antonio Firmo d'Azeredo Antas, 3.º anno de medicina; Eugenio Augusto Amaro, 1.º anno de mathematica; Alvaro Miranda Pinto de Vasconcellos, 3.º anno de direito; Silvestre Nunes de Moraes, 3.º anno de direito; Alfredo Barbosa, 1.º anno de mathematica; José Trigo Martinho, 2.º anno de direito; Alberto Deodato da Costa Rato, 1.º anno de medicina; Samuel Augusto Pessoa, 2.º anno de philosophia; Diogo Augusto Coxito Granado, 2.º anno de pharmacia; Joaquim Luiz Martha, 2.º anno de mathematica; João Lopes Carneiro de Moura, 4.º anno de direito; Antonio da Costa e Almeida, 1.º anno de medicina; Antonio Rodrigues Correia da Fonseca, 1.º anno de mathematica; Antão Fernandes de Carvalho, 5.º anno de direito; José da Costa Gaitto, 1.º anno de medicina; Arthur Duarte de Almeida Leitão, 1.º anno de mathematica; Antonio Gonçalves, 1.º anno de medicina; José de Almeida Barreto, 2.º anno de pharmacia; Antonio Vieira, 3.º anno de medicina; Antonio Maria Dias Milheiriço, 1.º anno de mathematica; Herminio S. M., 3.º anno de medicina; Antonio S. A. Gama, 2.º anno de pharmacia; Francisco Diniz de Carvalho, 2.º anno de philosophia; Adolpho Carlos Barroso da Silveira, 1.º anno de medicina; Christovão de Souza Pinto, 1.º anno de mathematica; José Maria Joaquim Tavares, 2.º anno de mathematica; Ayres Ferreira de Azevedo, 1.º anno de direito; Alberto David, 4.º anno de direito; Angelo P. Dias Ferreira, 1.º anno de medicina; Raul Soares, 1.º anno de mathematica; Fortunato Jorge Guimarães, 3.º anno de direito; Joaquim Alberto de Carvalho e Oliveira, 1.º anno de mathematica; Antonio Francisco Teixeira, 2.º anno de direito; Antonio Thomaz da Silva Coelho, 3.º anno de medicina; Francisco A. Homem Abranches Brandão, 1.º anno de mathematica; Abilio Correia da Silva Marçal, 4.º anno de direito; Armando de Souza Chaves, 1.º anno de mathematica; Emygdio Gomes, 3.º anno de medicina; Virgilio Affonso da Silva Poyares, 1.º anno de medicina; Claudio Paes Rebello, 3.º anno de medicina; Francisco Cardoso de Lemos, 2.º anno de mathematica; Manoel Ventura dos Santos Reis, 3.º anno de philosophia; Francisco Correia Borges de Lacerdu, 3.º anno de direito.



MANCEL D'ARRIAGA

da revolta do Porto está mesmo de tal fôrma reconhecida, que se torna curioso resumir n'esta historia as circumstancias que deram origem á publicação d'esse jornal.

Em janeiro de 1890, como um dos auctores d'esta obra, ao tempo jovem e fazendo um jornalismo sem paixão e sem ambições, se decidiu a encetar o jornalismo politico e a adoptar a causa que era en-

tão de toda a gente, reuniu-se a um, igualmente jovem — tudo foi juventude n'esse movimento! — alumno do curso de engenharia civil, Chrispiniano Fonseca, que mais tarde veio a morrer no Brazil, de febre amarella, sob a republica de Floriano Peixoto; e tendo os dois concertado «que era preciso fazer alguma coisa», como se dizia por essa grande epocha, começaram por ir espionar a provincia do Algarve, onde certo dia se affirmou com alarme que rebentara uma sedição militar, ⁽¹⁾ e havendo reconhecido que tal sedição estava longe de ser um facto, voltaram as suas

(1) Constou com effeito em Lisboa, dias depois de ser conhecido o *ultimatum* e quando a opinião entrava de indispôr-se contra os governos, que o regimento de infantaria, de guarnição em Lagos, se insurreccionara. Por essa epocha, foram muito frequentes boatos analogos. A cada passo se dizia que tal e tal regimento se preparava para «sahir». Em fevereiro, correu por toda a cidade de Lisboa que caçadores 9, sublevado, já vinha descendo as rampas do Castello, em direcção ao Rocio.

vistas para outro lado e decidiram, após insensatas machinações, que o que havia a fazer era «propaganda», muita activa e muito eloquente.

D'este accordo partiu a idéa de se fundar um jornal republicano, já se vê, que tomasse a dianteira a todos os que já existiam e que, para a nossa impaciencia, pareciam excessivamente defficientes.

Alvitrou-se que se lançasse o jornal a publico o mais rapidamente possivel, dentro de quinze dias, dentro de um mez, — e quando se discutiam as bases d'essa publicação imprevista e fulminante, lembramos que um jornal, tal como o sonhávamos, desencadeando uma tormenta de paixões populares, só poderia nascer e cobrir-se de gloria no Porto, que até então não dera grandes signaes de vida civica, mas que se nos affigurava pela sua tradição e pelas nossas superstições, o unico centro de população portugueza susceptivel de soltar o primeiro grito de liberdade de que nos propunhamos ser os interpretes.

Lisboa, inçada de uma população heterogenea, disseminada n'uma grande area e dividida pelas opiniões mais diversas, foi posta de parte, como pouco propicia para o exito do nosso empreendimento, e adoptou-se o Porto com enthusiasmo e esperanza.

Estes dois homens não dispunham, porem, de uma moeda de cobre que lhes permittisse acalentar tão vasto sonho, e, por outro lado, não tinham um nome que os auctorisasse a lançar-se nas luctas politicas, em meio da confiança dos que iam ser os seus amigos e cúmplices.

Não importa!

Um d'elles, ainda o auctor d'esta narrativa, poz-se a caminho do Porto, e, ou fosse porque as circumstancias

favorecessem então iniciativas d'esta natureza, ou fosse porque simplesmente o favorecessem a elle, o certo é que a sua primeira tentativa foi excellentemente succedida e, mediante o concurso do velho democrata e publicista, José Pereira Sampaio (Bruno), elle conseguiu organizar uma pequena empresa, servida por um diminuto capital,



QUARTEL DA GUARDA MUNICIPAL DO PORTO (*Carmo*)

mas que sufficientemente assegurava a fundação do sonhado jornal.

D'essa empresa deveria mesmo fazer parte o professor da Universidade, e tambem velho democrata, Manuel Emygdio Garcia, com quem ao regressar do Porto, nos encontramos em Coimbra.

O dr. Emygdio Garcia acolheu a idéa do jornal com muita sympathia e recorda-nos que nos propoz mesmo, em obediencia aos seus velhos cultos positivistas, que

elle se intitulasse -- *Progresso e Ordem*, o que nos encheu de um legitimo terror.

Assim foi que a 18 de abril de 1890, se publicava no Porto um diario de grande formato, que logo inscreveu no alto da sua pagina esta palavra — *Republica*, como, pouco depois, um outro inscreveria est'outra — *Republica Portugueza*, porque sentiamos a necessidade de impor ao espirito publico, antes de todo o ensino e de todo o estimulo, a expressão radical das nossas aspirações.

A insistencia com que a palavra *Republica* foi usada, diz bem o que era a impaciencia dos propagandistas do tempo.

A *Republica* installou-se no local mais central da cidade, em um alto predio da Praça de D. Pedro, e começou annunciando, entre os numeros do seu programma de reconquista nacional pela democracia, todo o genero de applicações brilhantes do jornalismo moderno, porque se alliou á idéa de fazer uma grande obra politica, a idéa de engrandecer o periodismo portuguez com um grande órgão de publicidade.

Mas o pensamento do promotor d'essa publicação era inteiramente e exclusivamente combater, ou antes bater-se, e tal proposito pode sem embaraço ser assistido por outros, mas nunca partilhado por outros. Um homem munido de semelhante intuito não se associa; parte só e vae até onde o seu temperamento e as circumstancias lh'o permittem.

Pouco tempo depois de fundada, *A Republica* era abandonada como um máo barco, e eis-nos como no principio, munidos é certo, do mesmo ardor, mas, como no principio, inteiramente falhos de recursos.

Foi esse um momento bem difficil. Mas a situação não se prolongou e logo, como tres modestos indus-

trias (1) viessem ao nosso encontro, offerecendo-nos todos os seus materiaes de trabalho para que um novo jornal se fizesse, formou-se o novo jornal, que se ficou chamando explicitamente *A Republica Portugueza* e se publicou pela primeira vez no dia 1 de setembro de 1890.

A Republica Portugueza estava destinada a ser o agente provocador da revolta do Porto.

Tomamos conta do jornal, nós, que o dirigiamos, e que nos encontramos enfim com um instrumento de combate, nosso, nas nossas mãos, e a mais brilhante pleiade de velhos e jovens demolidores que ainda congregou os esforços da sua paixão para destruir um systema politico.

Eram, entre os antigos democratas, José Pereira Sampaio, (Bruno), Julio de Mattos, Basilio Telles, Latino Coelho, Elias Garcia, Gomes Leal, Heliodoro Salgado, e, entre os recém-vindos, tantos que não é facil ennumerar-os.

N'esse jornal, de resto, collaborou toda a paixão patriótica, impaciente por encher o ar com os seus protestos. N'elle publicaram os escriptos mais inflammados, jovens patriotas de então, que após o insuccesso da revolta, desapareceram das vistas do publico para reaparecer mais tarde em situações officiaes. Alguns dos antigos collaboradores d'*A Republica Portugueza* encontram-se hoje na politica conservadora — um d'elles tem mesmo assento na camara dos deputados, — na diplomacia, e, não poucos, no exercito, porque nunca houve em Portugal

(1) Dionysio Ferreira dos Santos Silva, Joaquim Leitão e Alvarim Pimenta, proprietarios de uma officina typographica e de impressão, bem como de uma livraria — *Empreza Litteraria e Typographica*, no Porto.

Graças ao concurso d'estes tres homens, fundou-se *A Republica Portugueza*.

publicação que, como essa, desse hospitalidade a um tão grande numero de militares desejosos de revoltar-se. Um dos seus collabores mais assiduos era mesmo um official da guarda municipal do Porto, que um dia pôde ver um dos seus artigos querellados. (1)



MAJOR GRAÇA

A *Republica Portugueza* foi lançada á publicidade sem que anticipadamente se entrasse em accordo para a orientar. — Os seus proprietarios não se associaram por qualquer especie de contracto; os seus collaboradores não precederam a sua obra de qualquer genero de entendimento. Estava no espirito de todos que era preciso romper — primeiro com as leis (2), depois com as instituições, e foi isso o que unanimemente se fez. D'este perfeito accordo sahiu esse bello rompante, que ficou celebre na historia do jornalismo portuguez e que fazia dizer a Guerra Junqueiro: «Este jornal dá a impressão physica da arremettida.»

Já o seu primeiro numero foi uma flagrante infracção

(1) Esse official firmava os artigos que publicou n'A REPUBLICA PORTUGUEZA com o pseudonymo — *Sertorio*. O artigo querellado concluia por estas palavras:

«*Pois bem: para conjurar os perigos que cercam e ameaçam Portugal, é preciso, todavia, mais do que um protesto energico, é indispensavel a Revolução, unico meio de salvar a patria das garras terriveis do insaciavel inglez.*»

(2) A lei de imprensa, de abril d'esse anno, conhecida pela *lei das rolhas*, de iniciativa de Lopo Vaz de Sampaio e Mello, começava a ser executada com rigor. Já em Coimbra, o estudante de medicina, Antonio José d'Almeida, dera entrada na cadeia, em virtude de uma das suas condemnações.

mais que de todas as leis, de todas as conveniências da sociedade conservadora. Eramos novos e queríamos a todo o transe ser bravos. Fazíamos alarde da nossa ousadia. Affrontavamos o poder como um bando de jovens caçadores affronta um velho leão, promptos a prostral-o. O nosso primeiro gesto foi de desafio.

«A obra d'este jornal — escrevia-se no primeiro artigo do primeiro numero — será inteiramente e desassombadamente revolucionaria. Tanto vale dizer que será um jornal de combate e dirá tudo o que fôr mister :

«*A despeito da vontade pessoal do rei;*

«*A despeito da tyrannia dos governos;*

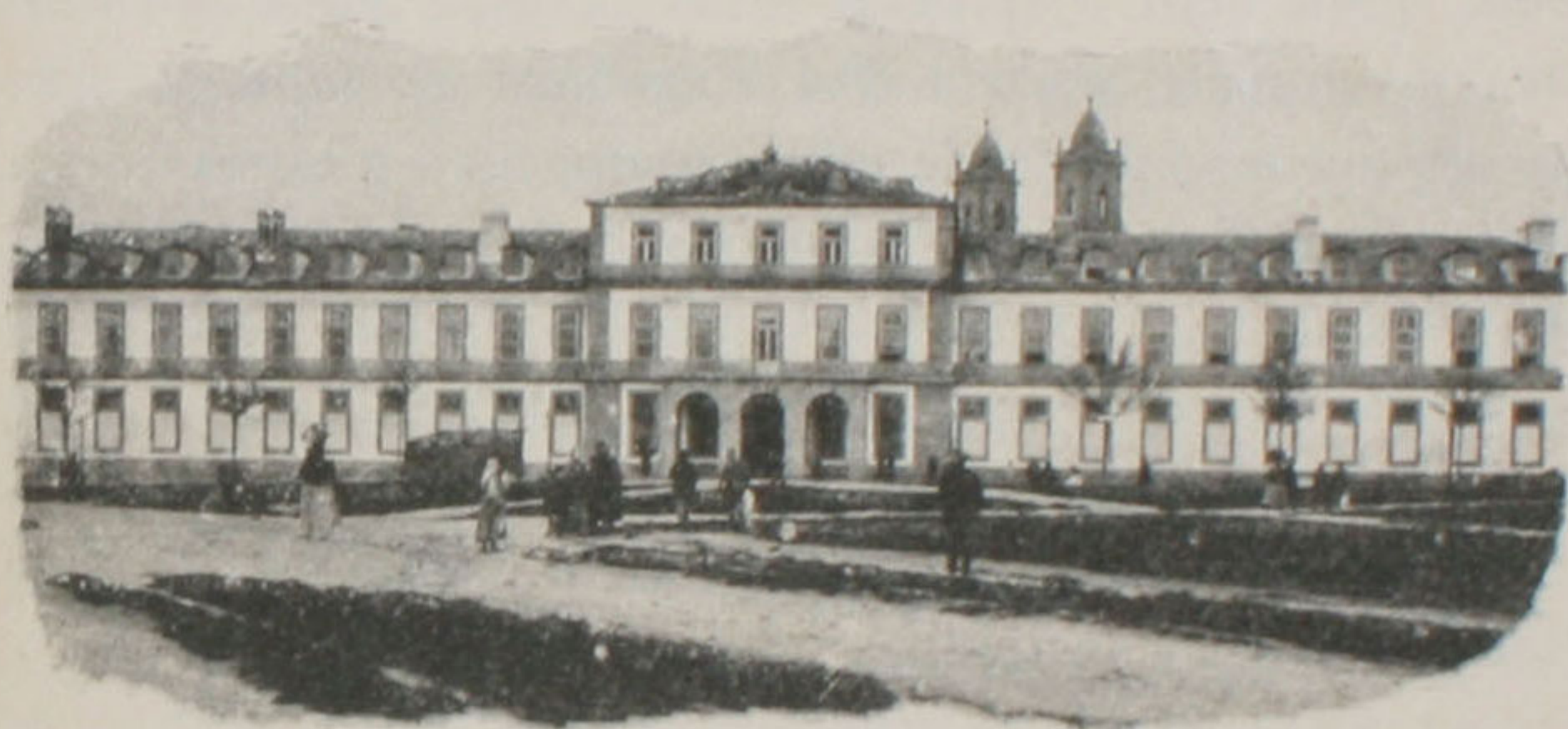
«*A despeito do odio e da antipathia dos homens e dos partidos que exploram o paiz.*»

Os governos não fizeram caso e *A Republica Portugueza*, que, no entanto, estampava n'esse primeiro numero os retratos do rei e de dois dos seus ministros, precedidos d'estas palavras — PELOURINHO — OS TRES DE INGLATERRA, circulou abundantemente e livremente por todo o paiz, captando desde logo o publico, sempre numeroso, que adora a bravura, e — o que maior alcance teve — levando, a toda a parte, como a chamma de um facho, o espirito de insurreição. «*A Republica Portugueza* — escreveu um jornal do tempo — foi o primeiro jornal que durante os ultimos trinta annos, ousou proferir incitações francas, abertas, de revolta e destruição. Fortalecida com este exemplo, a imprensa republicana lançou-se a todo o panno na lucta mais crúa que porventura se tinha travado na nossa arena politica.»

Assim succedeu, com effeito, e se a influencia d'esse jornal foi consideravel, ella deveu-se principalmente ao estimulo do seu exemplo, creando uma atmospheria de

decisiva batalha, que nem os acontecimentos nem os homens haviam ainda preparado. Foi só quando *A Republica Portugueza* appareceu, que o dilemma — monarchia ou republica — ainda hoje subsistente, ousadamente se propoz.

A revolta de 31 de janeiro póde attribuir-se em grande parte ás instigações directas d'esse jornal, o qual, por seu turno, se veio a publico não foi senão em virtude de



FACHADA DO QUARTEL DE INFANTERIA 18, NO PORTO

(Campo da Regeneração, onde se reuniram as forças sublevadas, na manhã de 31 de janeiro)

circumstancias que não se produziriam sem o conflicto diplomatico anglo-portuguez.

Por isso, reputamos esse conflicto a causa unica do movimento revolucionario do Porto, que, sem elle, nem encontraria meio idoneo em que se consummasse, nem agentes que o provocassem. Dar-se-hia outro, mais tarde e em outras circumstancias. Esse não; e precedendo d'este rapido estudo o nosso depoimento sobre a revolta de 31 de janeiro, affigurou-se-nos de toda a vantagem fixar com precisão a sua origem, que assim fica sendo tão pura quanto é preciso para a nobilitar para todo o sempre.

Attribuimos á acção de um simples jornal — folha de papel que dura um dia — um facto historico de largo alcance e muito graves consequencias. Convem esclarecer que nenhum motivo de orgulho pessoal nos leva a consignal-o, senão a impossibilidade de voluntariamente o esquecer, por instigações de sentimentos tanto mais absurdos quanto, se prevalecessem, viriam tornar obscuro um successo que a historia só pode ter empenho em conhecer bem, para bem o apreciar. Mas acresce que a obra indiscutivelmente valiosa d'*A Republica Portugueza*, não se appoia no talento de um homem, nem mesmo no talento de muitos, o qual, na tarefa de a lançar febrilmente á publicidade, não ficou comprovado, senão no austero civismo, na nobre exaltação e no puro entusiasmo de todos os que a realisaram. (1)

Tivemos acção, uma acção forte e impetuosa. Mais nada. Mas isso bastou.

O nosso empenho era sublevar.

Sublevamos.

Pouco tempo depois de apparecer a publico, *A Republica Portugueza* começava a publicar communicações, sob a forma de cartas e manifestos, de soldados, cabos e sargentos da guarnição, a principio, depois de militares das guarnições da provincia, por ultimo de officiaes de todas as graduações, já do Porto, já de Lisboa.

Essas communicações vinham remettidas sob enve-

(1) Convem não esquecer que esta historia é, ao mesmo tempo, o depoimento de dois homens que se encontraram envolvidos em grande numero dos factos que ella narra e em circumstancias tão notorias que não lhes seria permittido referil-os como meros commentadores. Por este motivo, ella poderá tornar-se suspeita de uma parcialidade que não está comtudo no nosso animo ao escrevel-a, mas a sua validade será, cremos, incontestavel.

loppe franqueiado e eram todas assignadas com indicações tão explicitas, que logo, na previsão de successos importunos, principiamos por fazer desapparecer d'ellas tudo quanto podesse estabelecer a identidade dos imprudentes. Em dezembro, o numero d'essas communicações era tão grande que se deliberou sacrificar-as n'um auto-de-fé, por muitos motivos necessario. Nos escriptorios da *Republica Portugueza*, as gavetas de um movel estavam cheias de papellada d'essa origem.

O que diziam e o que queriam esses homens?

A linguagem dos seus escriptos era explicita. (1) O es-

(1) Alguns specimens d'essas communicações:

«*Em vista das muitas cartas que tenho lido n'A Republica Portugueza, dirigidas a este jornal por muitos officiaes inferiores e soldados de diferentes corpos do exercito, cujos nomes se ignoram, é facil de ver que se elles fossem conhecidos, seriam desconsiderados e perseguidos immediatamente. Portanto, para que taes escandalos se não deem, para que não sejamos esmagados pelos grandes do poder, para que não sejamos expoliados por esses traidores, não hesitemos em caminhar para a frente, em expôr o nosso peito ás balas para salvarmos a nossa honra manchada em 11 de janeiro. Portanto, haja animo e não hesitemos nos gritos: Viva o exercito! Viva a Patria! Viva a Republica.* (a) — UM CABO DO EXERCITO.»

Um outro assignava-se — *Um sargento da guarnição do Porto*, e escrevia:

«*Camaradas: Nada de esperar. Que sôe de bocca em bocca o grito da revolução, a desaffronta da patria pela qual bradaremos desde já: Viva a Republica!*»

Outro sargento exclamava, invocando os seus camaradas:

«*Que é isso? Gelou-se-nos o sangue nas veias? Onde está o nosso orgulho como sargentos do exercito? Porque não reunimos para tomar a resolução que cumpre tomar? Porventura já não tereis forças para empunhar uma espingarda e esqueceste o vosso juramento d'outros dias mais felizes: defender a Patria e por ella morrer?!*»

Como estas demonstrações de rebellião se propagavam, deprehende-se d'esta confissão simples de um soldado:

«*Tendo lido algumas cartas de diversos camaradas meus, publicadas no seu jornal, não posso ficar calado, porque partilho com elles da mesma*

À ÚLTIMA HORA

Porto, 31 de janeiro de 1891, às 4 horas da manhã.

Viva a República!

A força militar do Porto, saindo unânime e, às 3 horas da madrugada de hoje, dos seus quartéis, acaba de cobrir-se de gloria, determinando o fim da monarchia de Bragança em Portugal e proclamando a Republica!

Este movimento, esperado ha certo tempo a esta parte, porque para elle trabalhara activamente o partido republicano, de accordo com o elemento militar, tem um caracter accentuadamente politico e uma significação solememente nacional.

As tropas que reuniram todas, incluindo a Guarda Fiscal, no Campo da Regeneração, encamparam-se n'este momento para a Praça de D. Pedro, aonde, das janellas da Camara, se proclamara a Republica ao povo do Porto, nomeando-se n'esse acto a **JUNTA PROVISORIA DO GOVERNO NO NORTE DO PAIZ.**

Este movimento, á hora que escrevemos e ás seguintes, será secundado em todo o norte do paiz e em Lisboa, porque assim está tudo determinado.

E' nos materialmente impossivel desenvolver esta noticia e por isso em supplemento forneceremos ao publico os detalhes do grande acontecimento que acaba de consummar-se.

Neste momento, supremo na historia patria, cumpremos somente, quando a aspiração nacional se lucra em successos grandiosos, quando o resgate se completa, quando a salvação da patria se inicia, bradar, na effusão do pleno sacrificio da nossa alma como os que se destinam a viver e se dispuzeram a morrer, bradar, a largos pulmões, enfim, enfim, enfim:

VIVA O EXERCITO!

VIVA PORTUGAL!

VIVA A REPUBLICA!

O exercito está reunido na praça de D. Pedro, esperando o momento de ser proclamada solememente do edificio dos Paços do Concelho a Republica.

Daremos promeçoeres detalhados em supplemento, conjunctamente com a proclamação da Junta Revolucionaria.

pirito de rebellião entrava nas fileiras, d'onde esses desabafos partiam, e foi dando-lhes publicidade

dôr e das mesmas idéas. O sangue pulsa-me nas veias e com tanta força que me obriga a dizer o que sinto.»

Mais sargentos:

«E' preciso infallivelmente que ponhamos termo a isto. Eu e os meus camaradas estamos anciosos por ouvir o primeiro grito de alarme a favor da Republica.»

Sargentos, cabos, soldados de todos os corpos affixavam com desplante os mais desenfreados propositos de revolta. Eis aqui por exemplo um 2.º sargento da Guarda Municipal do Porto:

«P'ra rua! P'ra rua! Acabaram-se os odios mesquinhos que, entre nós, ha tanto tempo lavravam. Hoje, somos todos portuguezes e, além d'isso, somos soldados. Devemos portanto, combater para salvar a honra da nossa Patria.»

Um alferes de infantaria subscrevia a seguinte exhortação ao povo:

«Por que esperamos? Queres talvez, povo, acordar quando tudo isto pertença á vil nação pirata? De que tens medo? do exercito? Não o temas e crê que elle se collocará a teu lado para defender a nossa querida patria. Não gastemos tempo em comicios. Proclamemos a Republica e assim teremos cumprido o dever de verdadeiros patriotas.»

Um grupo de officiaes do exercito, transmontanos — assim se assignavam — fallava d'esta fórma aos seus camaradas:

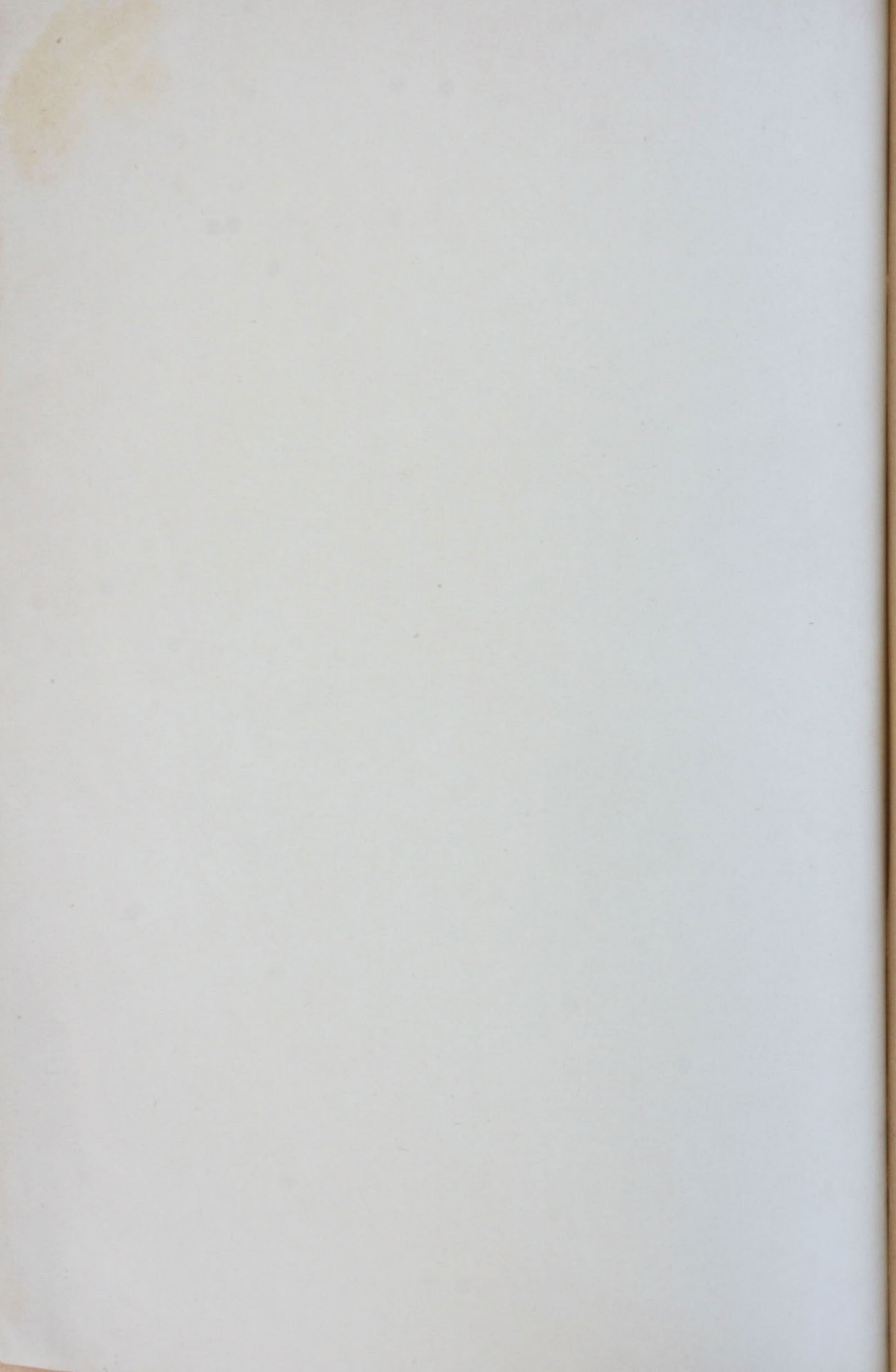
«A mãe-patria agonisa. E' preciso que seus filhos a salvem sem demora, porque a sua salvação é do nosso dever. Salvemos a patria proclamando a Republica. Camaradas: não ha tempo a perder.»

À ÚLTIMA HORA do numero de 31 de janeiro de 1891, d'A REPUBLICA PORTUGUEZA (Reprodução photographica)



Am. Leitão

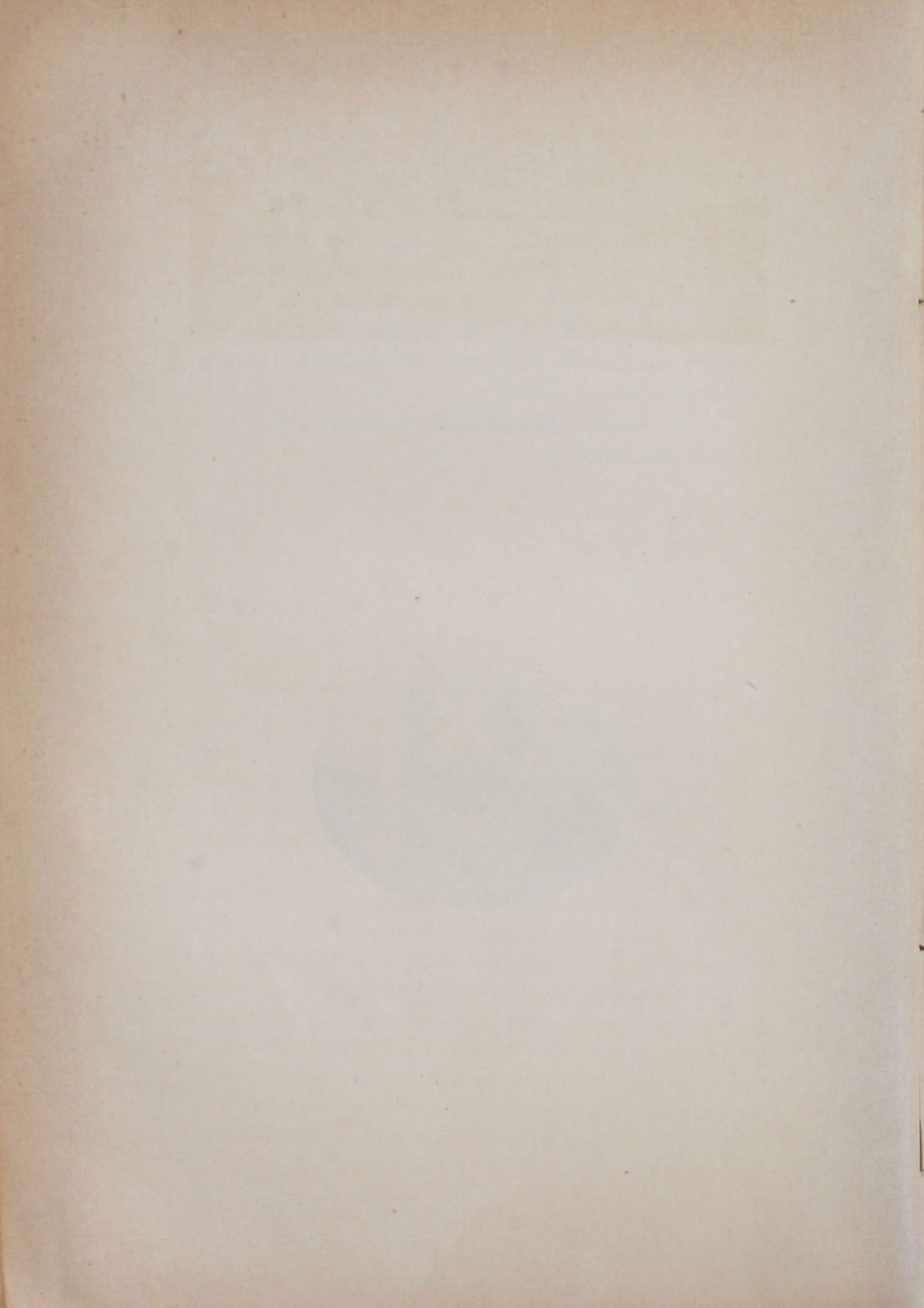
CAPITÃO LEITÃO (em 1892). Segundo
uma photographia de Paris, Jally—
9, Rue Papillon.

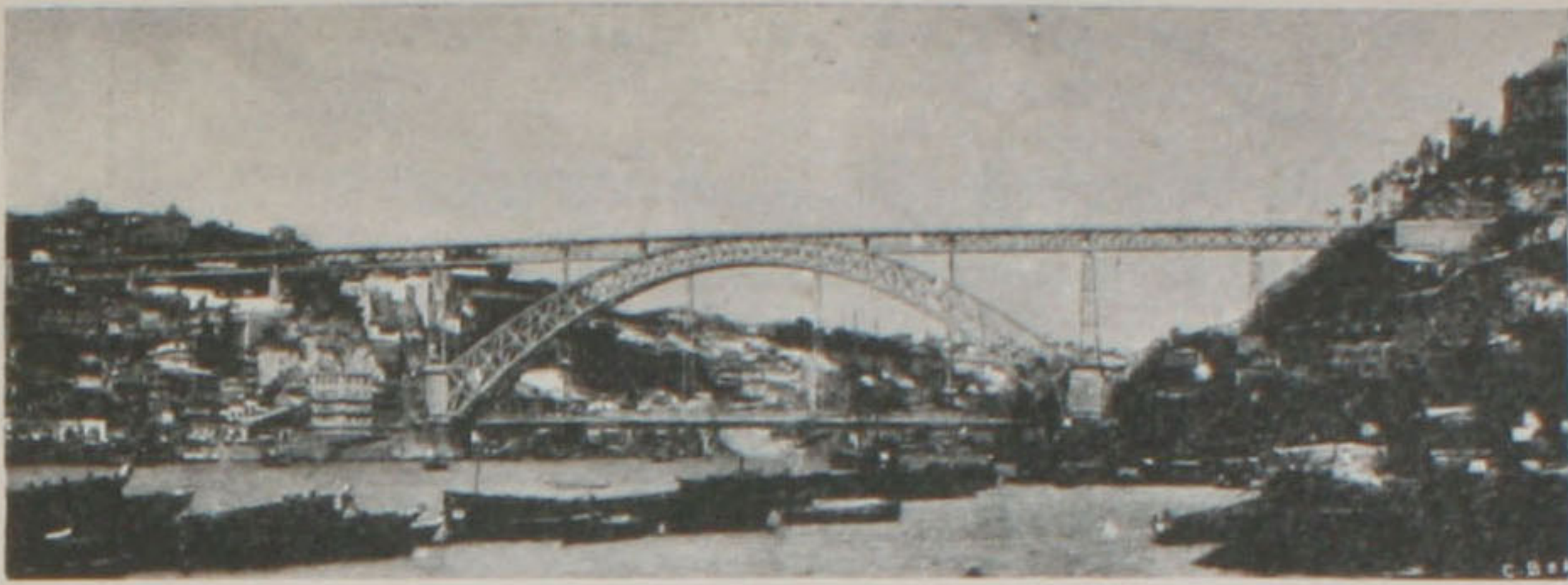


uns após outros, que *A Republica Portugueza* verdadeiramente fez a sua obra de sublevação. Esse jornal entrou assim resolutamente pelas casernas dentro e sentou-se familiarmente entre a soldadesca, que, a partir d'então, passou a reputal-o como o seu intermediario ao mesmo tempo corajoso e discreto, que dizia as suas coleras e as suas rebeldias ao alto poder, sem o risco das exautorações e dos conselhos de guerra.

Era já a insurreição, enviando as suas primeiras balas ao systema liberal.







CAPITULO III

Em virtude d'estes antecedentes, a revolta do Porto teve, como não podia deixar de ter, um caracter militar.

A grande commoção publica de 1890, se perturbou o povo, não perturbou menos profundamente o exercito, precisamente pela circumstancia de ser a invalidez da nação o que em mais cruel evidencia foi posto pelos acontecimentos.

O espirito militar, finda de ha muito a missão civica do exercito com a morte do seu ultimo marechal, — cahia, e o soldado parecia não ter funcção, quando as capitulações dos dois governos de 90 o chamaram á consciencia ao mesmo tempo do seu desvalimento e do seu dever.

O exercito sentiu-se molestado n'aquelles sentimentos a que se convencionou chamar — os seus brios, n'essa conjunctura consideravelmente mais susceptiveis de irritação do que o pundunor das classes civis, porque em-

quanto este se inspira unicamente na noção da dignidade geral, aquelles inspiram-se na noção mais estreita, mas não menos imperiosa, do decôro profissional.

A missão do soldado é bater-se e o soldado de 1890 encontrou-se justamente na contingencia de não se bater.

Sem duvida, todo o pensamento de lucta pelas armas devia ser affastado como insensato, e o que a historia increpará aos governos não é que elles tenham capitulado, senão que hajam por seus erros, conduzido a nação ao regimen das capitulações.

Mas o espirito militar, subitamente despertado, não o quiz reconhecer, ou só o reconheceu á custa de um impetuoso despeito.

Como toda a nação, o exercito reclamava o desagravo.

Qual? se só elle o podia dar satisfatorio e elle era impotente! Do sentimento da sua impotencia sahiram os seus primeiros impulsos para a rebellião.

Logo após os successos de janeiro, a soldadesca da capital confraternisou com o povo nas suas demonstrações, ao mesmo tempo que, como já vimos, os officiaes dos corpos da guarnição se pronunciavam francamente em logares publicos contra a politica dos governos. Na segunda parte d'esta obra assignalar-se-hão os primeiros movimentos de character sedicioso, entre os officiaes das guarnições da provincia.

Em virtude de uma situação que se ia tornando demasiado franca, o governo regenerador deliberara mesmo entrar no caminho das repressões. Alguns officiaes de artilheria foram transferidos; certos contingentes de corpos suspeitos de rebeldia mandados para o serviço do cordão sanitario, que então guarnecia a fronteira. Estas

medidas não contribuíram, porem, senão para augmentar a irritação que lavrava na classe militar, na qual um elemento sempre irrequieto—os sargentos, se pronunciava por intermedio de órgãos especiaes, com uma audacia que ia a todo o genero de infracções disciplinares.

Esses órgãos eram—*O Sargento* e *A Vedeta* e deram á imprensa republicana um forte contingente para a sua propaganda subversiva (1).

A Patria, primeiro, *A Republica Portugueza* depois, fizeram o resto.

Quando em agosto d'esse agitado anno de 1890, o governo regenerador apresentou ao parlamento o tratado com a Inglaterra, em meio da indignação do paiz inteiro, o exercito estava maduro para a revolução.

Foi quando no Porto se effectuaram as primeiras

(1) A refutação que segue, feita com uma certa elevação critica, dá idéa do espirito que animava esses periodicos. E' do *Sargento*:

«Será a questão politica indifferente? não serão, dadas certas circunstancias, legitimos e fecundos os processos revolucionarios? não deverá fazer o exercito politica?»

«Não: a questão politica não é indifferente.

«Disse alguém e o dito crystallizou já n'uma banalidade: a questão politica é secundaria; é uma questão de nomes. A questão importante, a grande questão do seculo, é a questão economica.

«Seja. Mas a democracia, a pura democracia, sem os velhos preconceitos, sem as tradições anachronicas, sem as «survivances» de uma organização social que já de ha muito desapareceu, é a condição politica da solução da questão economica.

«Debalde os velhos regimes tentam, provocando explosões parciaes de socialismo, evitar a sua explosão total. O socialismo-regime é incompativel com outras instituições que não as democraticas. Os systemas philosophicos do socialismo, que não são o socialismo d'Estado, ou o socialismo da cathedra, escolas de curtas vistas, são francamente democraticos.

«Os processos revolucionarios (dadas certas condições, note-se) são legitimos e fecundos.

aproximações entre os republicanos e os militares da guarnição.

Posto se dissesse, sem que nada o demonstrasse, que já a essa data Santos Cardoso, director do semanario *A Justiça Portuguesa*, reunia alguns sargentos da guarda fiscal, o que parece estabelecido é que a conspiração militar começou pela apresentação voluntaria de um pequeno grupo de segundos sargentos e cabos de infantaria e caçadores na redacção d'*A Republica Portuguesa*.

Esses militares cursavam quasi todos as escolas do Porto e eram, portanto jovens, destacando-se entres elles por um ar de decisão que nada parecia ceder aos outros, um cabo de infantaria 18, de nome Annibal da Cunha, baixo, forte, quasi imberbe e que primeiro que todos formulou a idéa da rebellião.

O plano dos conspiradores d'esse pequeno grupo era

«Uma revolução é um plebiscito sem as formulas, sem os sophismas da lei.

«A revolução é o processo natural da evolução. Corresponde á geração heterogenea, que não nos repugna admittir no dominio da biologia.

«As revoluções são as acções reflexas do organismo social.

«As revoluções são fecundas em resultados positivos.

«Leia-se a historia das civilisações e ver-se-ha que as grandes transformações sociaes são todas devidas a revoluções.»

E' o mesmo jornal que mais tarde escrevia:

«O exercito aguarda o plebiscito da nação, sem as restricções, as formulas e os sophismas constitucionaes: o plebiscito dos cidadãos livres e honrados na urna livre e honrada; o plebiscito do protesto e da representação nos comicios; ou o plebiscito da revolução nas barricadas.

«O povo é o poder legislativo; o exercito é o poder executivo. O povo é a vontade; o exercito é a acção. O povo é a soberania; o exercito é a força.

«O exercito não é uma guarda de suissos; o exercito não é uma casta. — O exercito é a nação armada e é a democracia armada.»

A *Vedeta*, por seu turno, escrevia:

«O exercito não pode ser sustentaculo de traidores».

ainda bem pouco consistente e reduzia-se a fazer sahir infantaria 18, para o que diziam contar com a cumplicidade de grande numero dos seus camaradas, depositando previamente no jardim, ou alameda da Lapa, visinha do quartel, uma certa quantidade de espingardas de velho



RUA DO ALMADA

(Por onde desceram as forças sublevadas, na manhã de 31 de janeiro, em direcção a Praça de D. Pedro.)

typo, que, segundo parece, existiam na arrecadação do regimento.

As espingardas serviriam para armar os cidadãos que fosse possible! conquistar a essa aventura e que, no momento, estavam ainda longe de ser uma realidade.

Exposto o seu plano, o grupo ficou de voltar e voltou com effeito, não menos decidido, mas já disposto a abalançar-se a empreendimento maior.



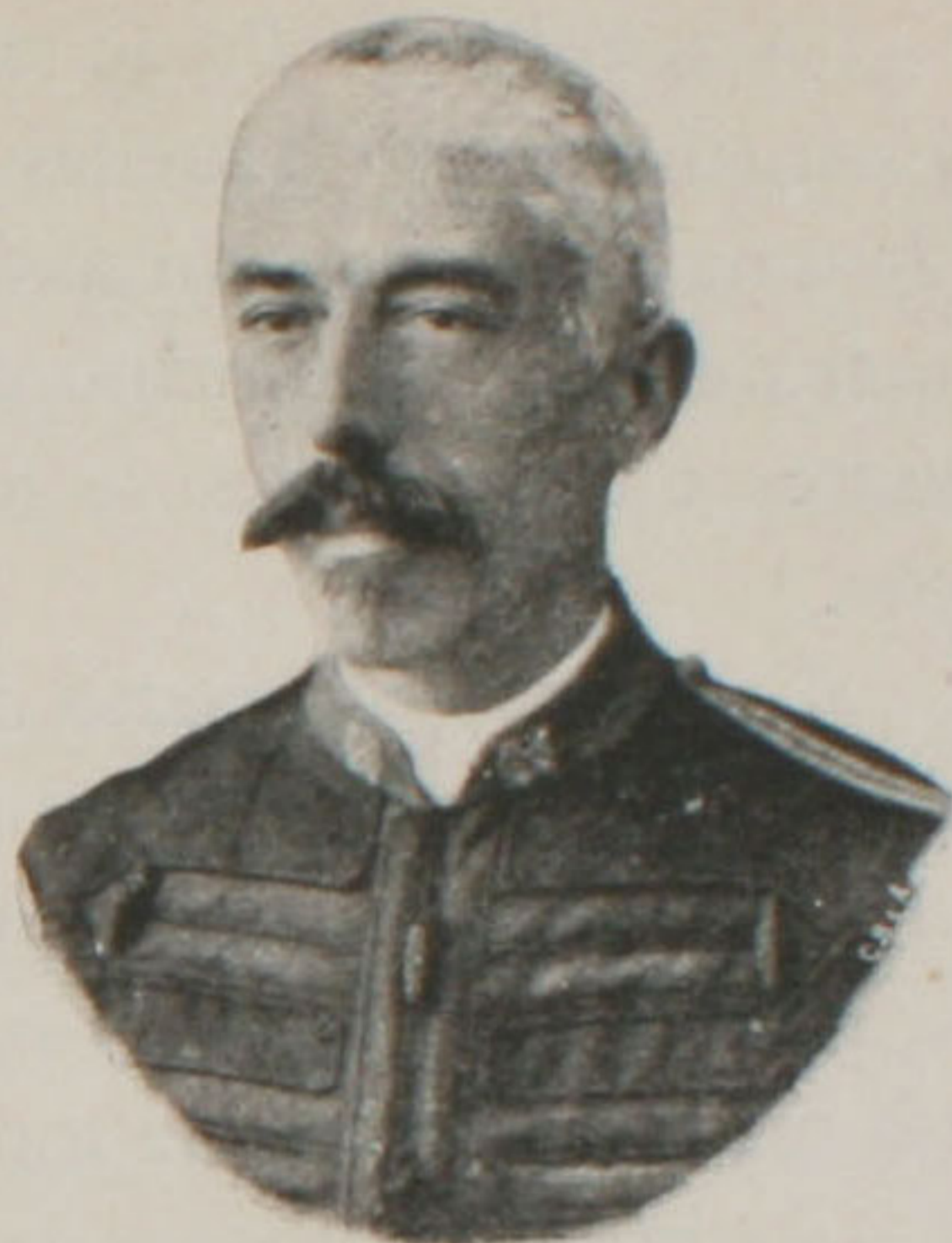
A CADEIA DA RELAÇÃO, NO PORTO

De resto, o pensamento de uma sortida n'aquella epocha estava condemnado. A maior parte da guarnição do Porto encontrava-se no serviço do cordão sanitario. Pôz-se de lado a idéa e resolveu-se esperar o regresso das tropas, que começou effectuando-se pouco depois.

Entretanto, *A Republica Portugueza*, que entrava com rompanete na scena dos apaixonados debates politicos, resumia primeiro o tumultuario pensamento da revolta nos inflammados escriptos dos revoltosos, ainda submettidos á disciplina e já em insurreição, e passava logo a ser como que o quartel-general dos insurrectos.

Os escriptorios d'esse jornal, installados n'um acanhado primeiro andar da rua de D. Pedro e em frente da

casa das officinas em que se imprimia, começaram a ser frequentados, timidamente a principio, affoutamente depois, por soldados, cabos e sargentos da guarnição do Porto, que entravam e sahiam, sem procurarem occultar-se, tendo deixado o seu nome e trocado algumas palavras rapidas e muitas vezes sem sentido, com o primeiro que deparassem.



O principal contingente d'este verdadeiro voluntariado era, porem, constituido de sargentos, que raro vinham sós. Em geral, juntavam-se aos dois, ou tres, subiam, declaravam sem hesitação que vinham offerecer-se á causa da revolução, que, no entanto, nenhuma das pessoas ás quaes elles se dirigiam pensava ainda promover, ou organisar; declinavam o seu nome, alguns desabafavam: «era preciso acabar», «não havia tempo a perder» — e retiravam-se.

TENENTE-CORONEL FERNANDO DE MAGALHÃES
*Chefe do estado maior
da 3.ª divisão militar, por occasião
da Revolta do Porto*

Por fim, em novembro, dezembro, já sem temor, se juntavam aos dez, aos doze, e, de uniforme, entravam, á luz do dia, na redacção do jornal.

Logo que se deram estas primeiras inesperadas apresentações, avistamos-nos com o dr. Alves da Veiga, que então tinha no Porto a situação de um chefe de partido, e dividimos com elle a responsabilidade d'essa conspiração militar que, máo grado nosso, se formava e avolumava, sob a acção dos acontecimentos.

Máo grado nosso, — dissémos — e assim é.

A revolta do Porto não surdiu de uma conspiração premeditada por aquelles a quem a teem attribuido, mas de uma outra que, por assim dizer, se formou pela espontaneidade do sentimento da rebellião entre as classes militares e á qual elles se limitaram a dar a sua cooperação.

Este curioso aspecto do movimento de 31 de janeiro de 1891, é indispensavel precisal-o. — Elle não foi directamente provocado pelos seus suppostos auctores, que se limitaram a organisal-o, mas pela vontade dos elementos militares que n'elle tomaram parte.

Assim — digamol-o desde já tambem — a Revolta do Porto, se foi uma affirmação da sociedade civil, pelo vasto, embora secreto, concurso que deram á sua organização grande numero de elementos civis, e ainda pela demonstração da manhã de 31, na sala dos Paços do Concelho, nem por isso deixou de ser alguma cousa mais do que um pronunciamento, é certo — um grande pronunciamento, cuja iniciativa póde legitimamente ser revindicada pelo exercito.

31 de janeiro é uma data nacional, porque affirmou senão a preponderancia, a existencia de uma causa nacional, integrada com os principios republicanos, mas nem por isso deixa de ser uma data militar, porque inquestionavelmente foram militares que a fundaram. — 31 de janeiro de 1891 pertence á biographia dos regimentos. De futuro, infantaria 10, infantaria 18, caçadores 9, cavallaria 6 poderão inscrevel-a nos seus estandartes.

O primeiro nucleo de rebeldes foi espontaneamente formado por militares. Nenhum trabalho de alliciação directa precedeu a organização d'esse grupo.

Na expectativa dos acontecimentos, os republicanos do Porto, tanto os recém-vindos, como aquelles que já haviam fundado o seu nome na historia da democracia portugueza, limitavam-se a agitar a opinião por meio da imprensa e dos clubs, que a partir do mez de setembro pullularam.

Sabia-se é certo, por mil demonstrações, que lavrava grande inquietação no exercito, e, sem duvida, pensava-se em aproveitar essa util disposição para um grande movimento revolucionario que estava no espirito de todos; mas até que as primeiras espontaneas adhesões de militares da guarnição do Porto estimulassem o zelo dos republicanos, estes não penetraram, como ousadamente o fizeram depois, no interior das casernas.

É certo tambem que o Directorio republicano de então, presidido por José Elias Garcia, procurava, passadas as primeiras surpresas do mez de janeiro, organizar um movimento, para o qual aquelle chefe politico contava com adhesões de officiaes do exercito, que nunca deixaram de constituir para elle uma esperança, embora platonica, até á hora da sua morte; mas não é menos certo que esse movimento representava apenas uma intenção, generosa.

O partido republicano no Porto, não estava como veio a estar mais tarde, graças aos trabalhos de José Falcão, politicamente organizado. Algumas dissidencias dividiam-n'o até, quando occorreram os successos do *ultimatum*, e a sua chefatura, se a havia, era apenas assumida pelo dr. Alves da Veiga, que, no entanto, não presidia a qualquer agrupamento regular.

N'estas circumstancias, o Directorio republicano escolheu entre os republicanos do Porto, um delegado, que

foi Basilio Telles, o qual, até ao momento da revolta, foi portador de duas credenciaes, auctorisando-o a obter recursos para um movimento, de iniciativa — digamos official.

Ora, em outubro de 1890, como Basilio Telles fosse posto ao corrente dos trabalhos já então realizados no Porto, mostrou tão grande surpresa, que não quiz acreditar que elles existissem, antes de os conhecer directamente. — Conduzido uma noite a uma casa da rua da Alegria, onde já então se reuniam grande numero de cabos e sargentos, duvidou durante todo o caminho, mostrando-se inclinado a acreditar n'uma mystificação.

O mesmo succedeu mais tarde, como contaremos, a outros delegados do Directorio, vindos ao Porto, em nome d'aquelle, observar de perto os acontecimentos. Todos duvidaram da existencia de uma conspiração militar, authentica.

O caracter d'esta duvida lança uma completa luz sobre a historia da revolta.

Ella demonstra que a revolta não foi urdida por iniciativa dos elementos civis republicanos, mas pelo imprevisito concurso dos militares da guarnição do Porto, primeiro, e, por ultimo, dos de quasi todas as guarnições do norte e parte das do sul do paiz.

Foi com os republicanos do Porto que a revolta teve os seus primeiros contactos; mas nem por isso, como deixamos exposto, elles a provocaram directamente, indo buscal-a á caserna.

Esta questão de facto não prova senão que o espirito militar havia chegado a um tal gráo de sobreexcitação, que foi elle que foi ao encontro da Revolução, antes que a Revolução fosse ao seu encontro.

Resta agora saber de que caracter foi a collaboração dos elementos republicanos, n'essa impetuosa sedição.

Já pelo logar que occupava entre os republicanos do Norte, já pelas responsabilidades que lhe imputaram nos



EDIFÍCIO DAS CARDOSAS

Lado da praça de D. Pedro, onde se postou a bateria de artilheria que bombardeou a casa da Camara

conselhos de guerra de Leixões grande numero dos individuos julgados por esses tribunaes, o dr. Alves da Veiga ficou sendo considerado para todos os effeitos da apreciação publica, o chefe civil da Revolta do Porto.

Por todos os motivos, o dr. Alves da Veiga tem direito a esta situação na historia d'esse movimento.

Dizer, porém, que elle foi o chefe civil da Revolta do Porto, não implica dizer que elle a dirigiu em todas as suas phases conhecidas, isto é, desde a sublevação dos quartéis, até ás derradeiras resistencias da casa da Câmara Municipal.

Não. O dr. Alves da Veiga foi, na realidade, o chefe civil da Revolta do Porto, porque na realidade, foi elle que organisou o movimento revolucionario que abortou com essa revolta, e esse movimento era bem mais vasto e mais complexo do que aquelle que se desdobrou nas ruas da cidade, durante o dia 31 de janeiro.

Advogado, professor, proprietario, elle occupava, desde longa data, uma situação politica que tornava então os homens eminentemente respeitaveis, porque era n'uma epocha em que apenas combatiam pelo ideal republicano em Portugal, os espiritos fortemente convencidos e rigorosamente refractarios á corrupção ambiente.

A despeito da sua decadencia, as instituições politicas gosavam de um largo credito, e o numero dos seus inimigos era tanto mais reduzido quanto não se desallogára ainda dos espiritos o preconceito de que ellas constituíam a garantia indispensavel da autonomia nacional, que os espertos especuladores do conservantismo não cessavam de mostrar ameaçada desde que não tivesse por base o *statu quo*.

Propagara-se o pensamento de que a Republica daria logar á intervenção dos Estados monarchicos e, desde logo, á invasão d'essa Hespanha, que, de todo o tempo, constituiu o pesadello dos portuguezes.

Por outro lado, o atraso da educação das classes burguezas e a extrema incultura das massas ignaras recusavam-se a attribuir uma missão civil regular aos gover-

nos republicanos. A Republica era a desordem, o poder instavel disputado a murro por toda a gente, a auctoridade desmoronando-se, a sociedade devastada por furações de plebe ebria de liberdade e não já contida na disciplina da lei, o assassinio, o incendio, o saque. A Republica era a Communa governando entre sangue e chammas — de todos os modos um perigo que os espiritos menos timidos consideravam vantajoso affastar.

Em um meio tão refractario a uma rapida assimilação de doutrinas de evolução politica, o que eram, na opinião geral, os republicanos?

Sonhadores.

N'uma sociedade educada em cultos egoistas e interesseiros, aspirar ardentemente a um ideal, cujo triumpho parecia affastado para um futuro muito remoto, era evidentemente sonhar.

Por isso tambem a propaganda das idéas republicanas em Portugal, antes que se levantasse o conflicto de 1890, entre as instituições e a nação, foi largamente tolerada pelos governos, aos quaes ella não inspirava sombra de temor. Levou-se este benigno espirito de tolerancia a ponto de, durante muito tempo, se permittir que á frente do partido republicano se encontrassem como chefes, individuos que, pelas suas situações no exercito, eram tambem chefes militares. (1)

Mas a serena coragem e a discreta fidelidade d'estes apologistas de uma forma de governo, que, pelo facto de ser apenas sonhada, não parecia de nenhuma maneira

(1) Latino Coelho e Sousa Brandão eram generaes; José Elias Garcia era coronel e professor da Escola do Exercito. Um official de marinha, Nunes da Matta, e um tenente do exercito, Homem Christo, foram um dia secretarios da mesa de um comicio republicano, em Lisboa.

destinada a vir um dia a premiar o seu amor e o seu sacrificio, cercava-os de uma como que aureola de grandeza moral e impunha-os ao respeito de todos, mesmo ao d'aquelles que os reputavam advogados de uma causa perniciosa ao bem publico.

A situação do dr. Alves da Veiga, n'esse anno de 1890, era, como a de Latino Coelho, José Elias Garcia, Sousa Brandão, Rodrigues de Freitas, Manuel d'Arriaga, Bernardino Pinheiro, Theophilo Braga e tantos outros, a de um d'esses excellentes apóstolos, aos quaes a consideração publica outorgava a designação de «austeros».

Sobre o seu credito de velho democrata, o dr. Alves da Veiga accumulava uma reputação local que lhe era feita pela sua condição social de proprietario que diziam abastado, e pelos seus titulos de advogado e professor.

Estivera á frente da propaganda no norte, fundara jornaes de combate e clubs politicos, e na realidade, nas suas mãos se encontrava a chefatura do partido republicano no Porto, quando se deram as primeiras aproximações entre elle e os primeiros rebeldes da revolta.

Desde logo, o dr. Alves da Veiga foi, pela força dos acontecimentos, investido na missão de organizar e dirigir o movimento que se pronunciava.

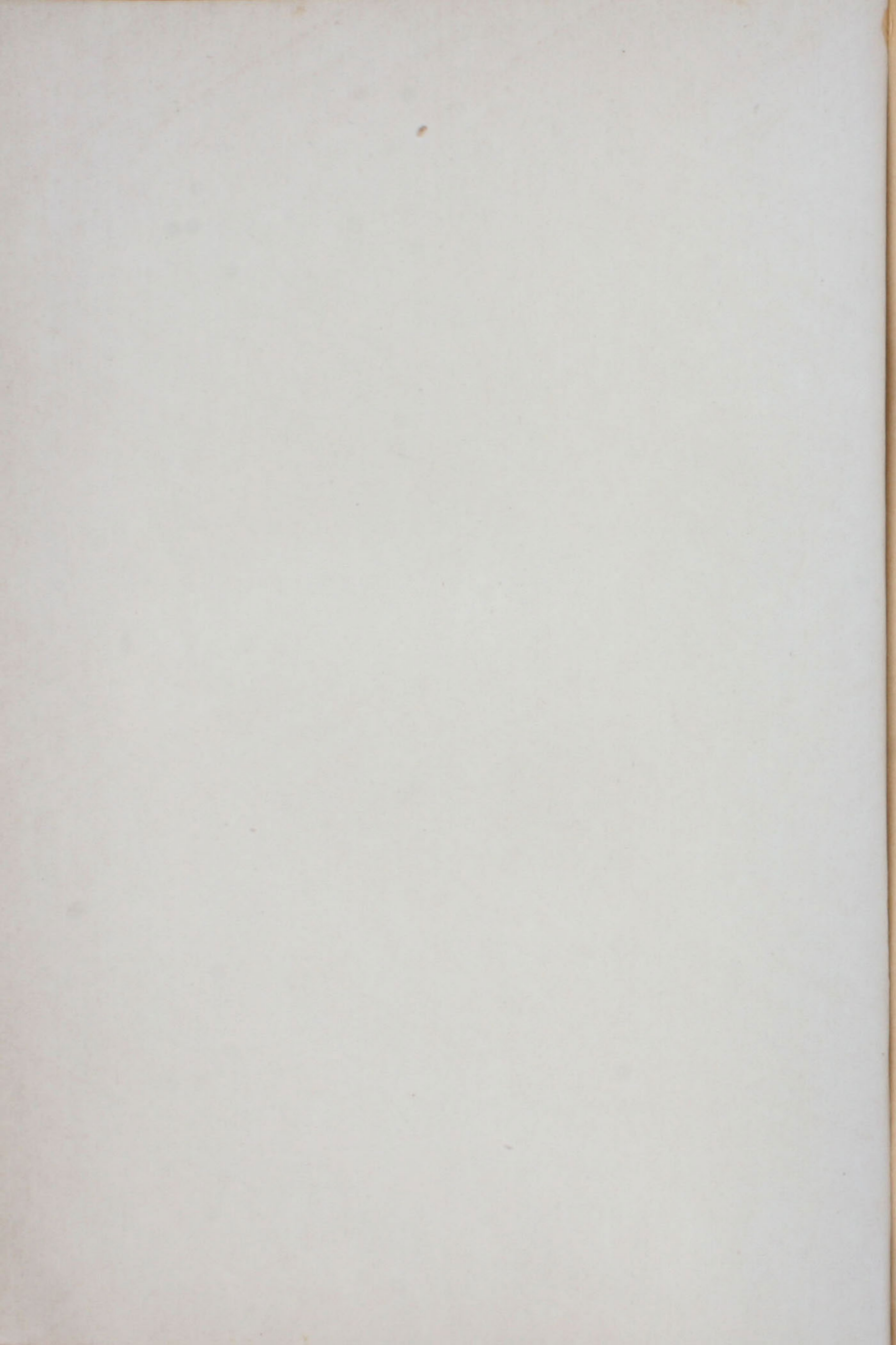
Com effeito, nenhum outro parecia estar como elle tão naturalmente indicado para assumir as responsabilidades d'essa imprevista tarefa, e Basilio Telles, que talvez entre todos, pudesse substituil-o, mercê das faculdades de intelligencia e intrepidez que os republicanos do Porto lhe reconheciam, operava de accordo com o Directorio de Lisboa, que, como já vimos, foi extranho ás primeiras phases da conspiração da revolta.

Immediatamente, vamos encontrar Alves da Veiga



Sampaio

JOSÉ PEREIRA SAMPAIO (BRUNO)
(em 1899) *Photographia Guedes,*
Porto.



mantendo em todo o norte do paiz o vasto machinismo d'essa conspiração, que em janeiro de 1891, quando rebenta a revolta, não está ainda prompto a funcionar. Por isso — pode dizer-se — o movimento do dia 31 interrompeu-o na sua tarefa, que, nem por isso, deixou de ser a mais activa de quantas ainda empreendeu o espirito revolucionario em Portugal.

Alves da Veiga parte para as provincias em setembro de 1890 e organisa os primeiros *comités* civis e militares, que, sem o fracasso do dia 31 de janeiro, teriam erguido metade do paiz aos gritos de — *viva a Republica!*

A organização d'esses *comités* foi feita sem plano e ao sabor das adhesões que se iam offerecendo, ou sollicitando. Onde quer, comtudo, que Alves da Veiga apparecesse, elles formavam-se, porque o advogado portuense possuia uma verdadeira rede de relações pessoas que em toda a parte lhe permittia lançar sem demora as bases d'esses nucleos revolucionarios.

O seu ardor e a sua actividade desenvolvem-se á medida que esta obra se vae fundando.

Em pouco tempo, não mais de cinco mezes, o norte de Portugal está em condições de secundar a iniciativa do Porto e todo este forte trabalho — não ha quem o conteste — deve-se á acção d'esse homem.

As iras do facciocismo politico e muitos despeitos pessoas desencadeiaram-se sobre elle, lo-



ALFERES TRINDADE
Julgado nos conselhos de guerra
de Leixões

go após o mallogro da revolta. E' ler a imprensa da epocha. Poucas vezes se tem juntado a tanto erro de apreciação, tão monstruosa injustiça.

Um periodico do Porto ⁽¹⁾ escreveu a seu respeito estas palavras que os factos, n'essa mesma hora, desmentiam flagrantemente:

«Que interferencia podia ter Alves da Veiga nas occorrencias de 31 de janeiro? Cremos que bem pouca.»

Outros órgãos da imprensa monarchica despediram sobre elle torrentes de injurias. Se o valor da sua obra póde ser avaliado pelas represalias dos seus adversarios, ella foi bem grande. Mas não só os seus adversarios, como os seus proprios correligionarios procuravam ora destruir-lhe a influencia, como nas vespersas do movimento, ora despojal-o do novo prestigio que elle lhe attribuiu, como nos primeiros annos do seu exilio.

Porquê? Porquê?

Privámos com esse velho sectario nos longos primeiros mezes do seu exilio em França e a espaços, no decurso de dez annos volvidos, depois que elle abalou de terras de Portugal, sabemos d'elle pelo que elle nos diz nas suas cartas de um estylo severo. ⁽²⁾

Pois bem! O que podemos descobrir n'esse homem,

⁽¹⁾ *Diario do Commercio* (17 de fevereiro de 1891).

⁽²⁾ «Nesta data (13 de Abril de 1891) — escrevia elle ao sargento Abílio — escrevo a alguns dos seus companheiros de prisão e nossos camaradas na jornada de 31 de janeiro, não para lhes dirigir palavras de consolação, porque não precisa d'ellas quem tem a consciencia de haver cumprido o seu dever, mas para os cumprimentar e felicitar pela maneira como se teem conduzido nos tribunaes de Leixões. O meu amigo destacou-se sensivelmente no seu depoimento, a todos os respeitos notavel. Não imagina o effeito salutar que estas affirmações produzem fóra de Portugal. Minha mulher já procurou sua familia, e, d'aqui a poucos dias, projecto mandar entregar-lhe alguma coisa, — o que é compativel com as minhas

desde então até hoje, foi, a par de virtudes domesticas cada vez mais raras no meio da preversão da familia

forças e multiplos encargos, sobretudo n'este momento em que ha tanta gente a attender.»

Excerptos de cartas a João Chagas:

2 DE AGOSTO DE 1893.

«Envio-lhe o **Economiste Français**, onde vem o artigo do Leroy-Beaulieu, a que alludiu a imprensa de Portugal e Hespanha. Lembra-se de me dizer n'uma carta enviada d'Africa que esperava todos os dias pela noticia da liquidação do Banco de Portugal? Pois bem; o Leroy Beaulieu parece encontrar-se na mesma situação. Só a divida do thesouro a esse pobre Banco subia em 28 de junho a 33:264 contos de réis. Vcja que horror! 33:264 contos nas mãos de um devedor fallido! Junte-lhe 10:000 contos, pelo menos de notas falsas, somme tudo e julgue.»

12 DE JANEIRO DE 1897.

«A ordem do dia, em França, na Europa, no mundo inteiro, é a questão do Panamá. Jamais existiu processo tão ruidoso, porque tambem nunca se constituiu uma empresa particular com o capital de 1:500 milhões. A Republica Franceza passa por uma prova dolorosa; mas castigando severamente, como vae castigar, todos os traficantes, sem se preocupar com a sua importancia social, dará uma grande lição de moralidade e ficará mais forte do que nunca, deixando em pessima situação os Estados monarchicos, onde tantos Panamás tem sido abafados.»

21 DE ABRIL DE 1894.

«A tutella é a solução que tratam de impor-nos as nações credoras, mas a isso cumpre que nos opponhamos, nós os que esperamos da Republica a reorganisação nacional. Quando digo nós, é claro que me refiro a todos os patriotas que ainda não perderam o sentimento da dignidade commum.»

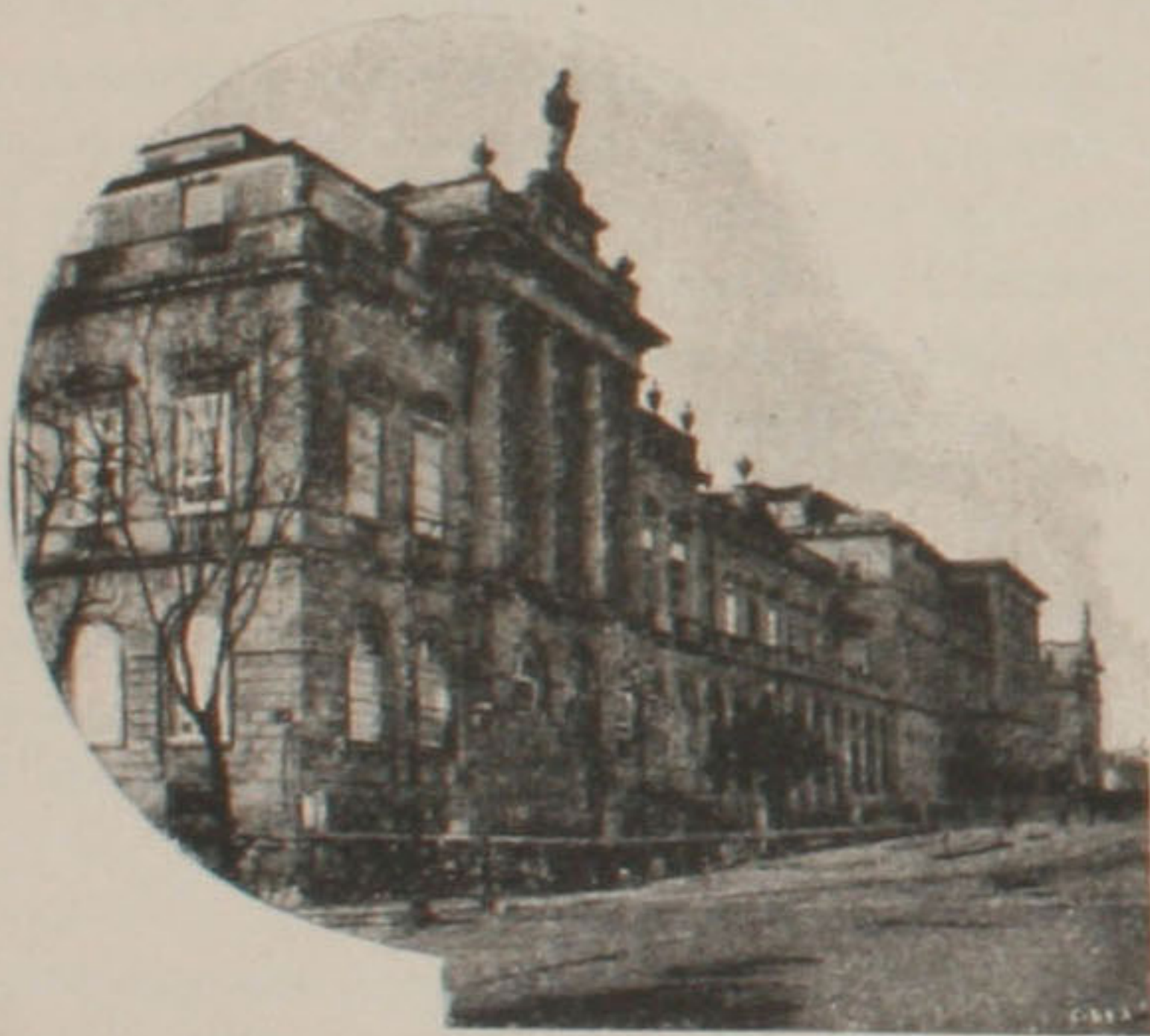
.....
«Não sei o que vae succeder, se o triste destino quererá reservar-nos o espectaculo dos funeraes d'este povo. Se assim fôr restar-nos-ha a consolação de ter até á ultima hora luctado para evitar essa tremenda catastrophe. Espero ainda que nos salvemos. Com fé, com energia, com boa vontade, tudo se consegue. E' para essas virtudes que eu appello. Continuem trabalhando todos quantos ainda não desceram.»

24 DE JUNHO DE 1899.

«Apesar das desillusões e amarguras que me deixaram os nossos homens, conservo intacto o ideal de sempre e estou disposto a cooperar para uma obra que seja definitivamente efficaz. Definitivamente efficaz, note bem.»

contemporanea, as virtudes civicas mais susceptiveis de ennobrecer e engrandecer o cidadão.

Derrotado e não poucas vezes repudiado, elle conservou, tem até hoje conservado, no seu exilio, ao mesmo tempo a fé e uma stoica serenidade. Em dez annos, alguns tem succumbido; outros, vacillado. Elle, posto sentindo lentamente fazer-se em volta da sua personalidade e da sua obra o injusto esquecimento, tem permanecido inalteravelmente fiel, pelo ardor e pela constancia.





CAPITULO IV

Santos Cardoso apparece logo nos primeiros dias da conspiração militar do Porto.

Quem é Santos Cardoso?

Santos Cardoso é uma grande avantesma d'homem, de grossas espadoas e longos membros, servido por uma pera caudalosa, que lhe desce do queixo ao ventre, e munido de um nodoso bengalão de canna da India, com que atroa o lagedo das ruas do Porto.

Conhece-se-lhe de preciso uma obra — *A Justiça Portuguesa*, publicação com que elle se propõe moralisar os costumes do Porto «pondo as calvas a descoberto», e que todas as semanas se encarrega de espalhar o terror entre as consciencias desassocegadas. *A Justiça Portuguesa* é um pasquim, um pouco no genero do *Corsario*, publicado ha annos no Rio de Janeiro, sob a direcção de um certo Apulchro de Castro, que nas ruas d'essa capital foi assassinado por um grupo de militares.

Sabe-se a que abusos pode conduzir a facil publicidade da imprensa. O jornal de Santos Cardoso era um d'esses abusos. Já servindo os seus propositos, já servindo propositos alheios, a *Justiça Portugueza* promoveu durante longo tempo na cidade do Porto, escandalos de publicidade agredindo n'uma linguagem desusada grandes e pequenos funcionarios publicos sob o pretexto de prevaricações, e chegando, nas suas aggressões, até de vassar o lar dos cidadãos para os sujeitar aos mais crueis enxovalhos.

Tornava-se preciso, para produzir uma obra tão odiosa, estar munido de uma grande ousadia.

Esse predicado não faltava a Santos Cardoso. Elle ousava tudo e como a sua figura de alentado latagão que parecia capaz de todas as arremettidas e de todas as resistencias o servisse singularmente, gosou, apenas mediante alguns conflictos pessoaes, de uma absoluta impunidade. Durante algum tempo — pode dizer-se — esse homemzarrão tyrannisou o Porto com o seu bengalão e a sua penna hervada.

Ai d'aquelle que incorresse no seu desagrado! Immediatamente, como dizia na sua lingua plebeia, elle lhe procurava «os podres» e logo o expunha a uma publicidade cruel, coberto de maculas infames e crivado dos doestos mais torpes; e tal era o temor que esse folliculario inspirava, que os mais decididos preferiam entregar-se á sua antipathia do que tomar-lhe contas pela sua impudica maledicencia.

D'esta antipathica situação resultou que Santos Cardoso era francamente accusado de exercer a *chantage*, por intermedio da publicidade do seu semanario, accusação de que elle sempre se defendeu com energia e que

não ficou na realidade demonstrada, o que, porém, não impediu que o seu desconceito fosse notorio.

O redactor da *Justiça Portugueza* era um homem de uma mediocre intelligencia e de uma grande incultura, como o manifestam os seus escriptos, nos quaes, a par de



A PRISÃO DO ALJUBE NO PORTO

verdadeiros desvarios de pensamento, podem, a cada passo, ser notadas as mais grosseiras infracções grammaticaes.

Assim como escrevia, assim fallava, com a mesma desordem e o mesmo desalinho, atropellando tudo, mettendo os pés pelas mãos, mas com um tão nobre e solemne desplante que lhe seria facil dar uma impressão de intelligencia e saber a um interlocutor menos culto ou attento.

Como pôde este homem, desprovido de espirito, ignorante e desqualificado pelo effeito de uma obra suspeita, intervir e desempenhar um papel preponderante n'um movimento revolucionario de tão pura origem, como foi a revolta do Porto?

Meo bom amigo

Paris 13 d'abril 1881

Temo que se' o seu destino: se o exilium a Africa ou a Penitenciarina. Não importa o local. Onde o amigo estiver ali estarei a miuda amurada, e o meu auxilio se lhe for necessario. O que lhe peço e' que me informe da sua residencia 1.^a se poder escrever.

Envia-lhe um abraço e os cumprimentos de Lucta, e seu amigo, e seu correligionario

Alves da Veiga

UMA CARTA DE ALVES DA VEIGA

E' o que vamos dizer.

Em virtude da casuistica que, de todo o tempo, serviu o espirito de seita — *todos os meios são bons, quando os fins são bons.*

Começou-se a fallar em Santos Cardoso ahi por prin-

cipios de setembro, logo que se reuniram os primeiros sargentos rebeldes.

Estes apresentavam-se uns após outros na redacção d'*A Republica Portugueza*, mas d'ali partiam sem que lhes dessemos qualquer indicação que os congregasse de novo, e assim viamos dispersar tão fortes e efficazes elementos de lucta, por falta de um organisador, capaz de os reunir, de os ouvir, de lhes fallar e de os estimular, quando se disse, não sabemos com que fundamento, que o redactor d'*A Justiça Portugueza* ajuntava em sua casa sargentos da Guarda Fiscal.

Santos Cardoso appareceu logo como um util instrumento, e tanto bastou para que o aproveitassem aquelles que, demais, se destinavam a desempenhar uma missão differente da que lhe ia ser attribuida e que, em summa, se reduzia a aggremiar os officiaes inferiores da guarnição do Porto, que, voluntariamente uns, outros mediante faceis instigações, se entregavam á causa da revolta.

A par do seu desconceito, Santos Cardoso gosava do prestigio de uma bravura que parecia incontestavel. Tudo n'elle proclamava intrepidez — a sua estatura de colosso e as suas palavras arrogantes. Estas grandes apparencias eram ainda um titulo que o indigitavam a ser, dentro da conspiração que se formava, um util collaborador.

Era mister fallar a homens que apenas reclamavam acção. Para tal effeito, esse homem de acção pareceu sufficiente.

A's suas primeiras approximações, objectou-se a sua obra suspeita, a sua reputação compromettida; mas como não cabia no pensamento grandioso da revolução que se premeditava, a hypothese de que elle viesse a apparecer em excessiva evidencia, logo se abandonaram

taes objecções, e Santos Cardoso foi reconhecido, senão como bom, como util, e, como tal, aproveitado.

Depois, estava demonstrado que tivessem fundamento as accusações que lhe faziam?

A cumplicidade implica longaminidade.

Desde que esse homem se encontrou solidarizado com os primeiros conspiradores da revolta, poz-se em duvida a sua impureza, como uma coisa absurda em quem se entregava ao combate por uma causa tão pura.

O seu excessivo espirito de maledicencia havia-lhe creado implacaveis inimizades — eis tudo! e, feita esta concessão aos factos, Santos Cardoso entrou definitivamente na conspiração.

Foi primeiro o seu jornal, que violentamente secundava a propaganda da imprensa republicana, e depois a noticia, fundada ou não, de que elle já conspirava, que lhe assignalaram um logar n'essa conjura.

Os sargentos transbordavam — eis a expressão. Havia gente e não havia sequer onde reunil-a.

Todos os dias vinham novas adhesões. Fallava-se em que outras seriam facilmente adquiridas, mediante rapida alliciação. A cada passo, as casernas do Porto enviavam novos emissarios a casa do dr. Alves da Veiga e aos escriptorios d'*A Republica Portugueza*, d'onde elles voltavam, sem comprehenderem talvez porque não os arrebatavam immediatamente, d'ali para a sedição.

A situação tornava-se insustentavel.

Perguntava-se — Que se faz? Que se faz?

Nada havia feito.

Outros, na illusão de que se conspirava activamente, reappareciam sem cessar, receiosos de não serem advertidos a tempo.

Foi n'estas circumstancias, que os officiaes inferiores da guarnição do Porto começaram a ser dirigidos sobre a casa de Santos Cardoso, que então habitava um prédio da rua do Almada, d'onde pouco depois devia transferir-se para um outro, situado nos confins da rua Costa Cabral, e onde se realisaram alguns dos mais importantes conciliabulos em que se concertou a revolta.



CORONEL MALHEIROS
Commandante do regimento,
sublevado, de caçadores 9

Santos Cardoso tornou-se assim o centro da conspiração dos sargentos, que principiaram a reunir-se todas as noites em sua casa.

Os primeiros levaram-lhe outros, estes, outros. Dentro em pouco, o domicilio do redactor d'*A Justiça Portuguesa* era pequeno para os conter.

Em certas noites, nos ultimos mezes de 1890, não se cabia nas salas do primeiro andar da rua Costa Cabral.

Santos Cardoso, sentado a uma pequena mesa, as pernas envoltas n'um *couvre-pieds*, offerecia calices de Cognac e fallava, na sua voz retumbante, no fim de todas as tyrannias e no «sentimento nacional», porque era fertil em expressões de rethorica oratoria.

A's vezes confundia-se, baralhava os factos e até as palavras. O pensamento cahia-lhe das mãos, como uma chavena; mas elle retomava-o aos cacos e proseguia, com uma tão bella arrogancia e um tão famoso desplante, que o seu auditorio não se inteirava dos seus desconcertos, para apenas ver n'esse grande homem de pera um

intermediario entre elle e a Revolução que redimiria a patria e proporcionaria as compensações da gloria.

Quando alguém o interrompia na sua tarefa, Santos Cardoso erguia-se, saccudia para longe o seu *couvre-pieds* e vinha conferenciar n'alguma saleta deserta, d'onde se ouvia o rumor das conversações dos militares, reunidos lá dentro n'uma densa fumarada de cigarro.

Voltava, reoccupava o seu logar, enchia os calices vazios, ria um pouco, tratando por tu este e aquelle, porque affectava uma familiaridade rude, e, após um rapido repouso, como n'uma classe, recomeçava—«O sentimento nacional. .!» que elle pronunciava *xional*, á maneira de Traz-os-Montes.

Entretanto, o exito embriagava-o, e como lhe soprassem d'aqui e d'acolá, n'esses conciliabulos nocturnos, que uma parte da officialidade da guarnição adheria ao pensamento da revolta, Santos Cardoso, com essa ousadia que caracterizou todos os seus actos até o momento de ser chamado á responsabilidade dos tribunaes, e já arrebatado no pensamento hallucinador de realisar elle só a obra da Revolução, entrou de dirigir-se, ora por cartas, ora pessoalmente, a certos officiaes de differentes corpos do Porto, sollicitando a sua adhesão.

A sua ousadia, porém, era de tal maneira insensata que não fazia preceder esses delicados e perigosos contactos de qualquer precaução. A alguns officiaes se dirigiu elle n'estes termos succintos:

«Henrique José dos Santos Cardoso roga ao ex.^{mo} sr. . . . a fineza de passar por sua casa a . . . horas».

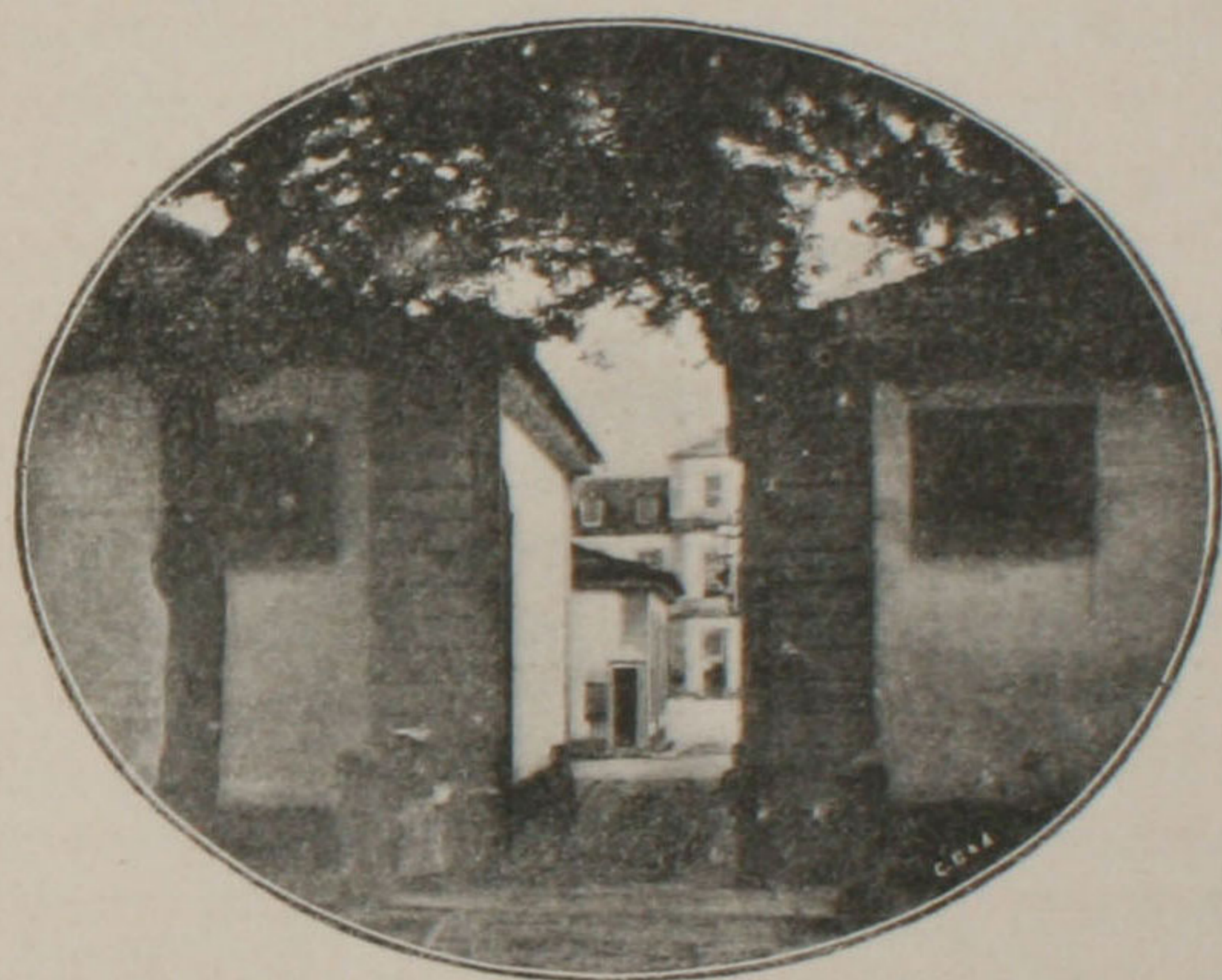
Ou:

«Ex.^{mo} sr. — Desejando conferenciar com v. ex.^a sobre assumpto da maior importancia, rogo-lhe a fineza de me indicar o local e a hora a que poderei encontral-o».

A outros, procurou-os deliberadamente em casa. (1)

Pois bem! a despeito da flagrante imprudencia d'estes procedimentos, a conspiração não se tornou conhecida nas instancias superiores. Nenhum dos officiaes a quem Santos Cardoso se dirigiu, se lembrou de o denunciar.

Mas a louca ousadia d'esse homem foi mais longe, e



QUARTEL DE INFANTARIA 18, NO PORTO

*Porta arrombada pelos populares e por onde sahiram as companhias sublevadas,
na manhã de 31 de janeiro*

diante das resistencias dos que se recusavam a annuir ao seu convite, occorreu-lhe servir-se do seu jornal e dos seus processos de publicidade, para os violentar e castigar.

Assim foi que, a partir de determinada epocha, *A Justiça Portugueza* começou a inserir terriveis diatribes contra certos officiaes dos corpos da guarnição do Porto, incitando contra elles o odio dos inferiores e tornando-os

(1) Entre outros, o então capitão de cavallaria, sr. Domingos Correia, que, mais tarde, nos conselhos de guerra de Leixões, deveria ser o seu accusador, como promotor de justiça.

objecto de ameaças de um transparente sentido. Entre outros, o então major Bilton, a quem elle chamava o *major Biltre*, foi victima d'essas violentas aggressões.

Mal succedido nas suas tentativas e comprehendendo que não restava á gloria da sua iniciativa senão o seu trabalho de alliciador entre as classes inferiores do exercito, quiz então fundar a força do movimento que se planeava, no predomínio d'essas classes, e, despeitado, declarou guerra «á espada».

O seu jornal tornou-se echo d'esse despeito e, por um momento, pôde ver-se esse homem proclamando a todos os ventos da publicidade a destruição de toda a disciplina e o exterminio de todas as gerarchias, na ordem militar.

Alves da Veiga, outros, intervieram, mas elle affirmava sempre que era necessario destronar «a espada»; e quando lhe objectavam que as espadas eram o sustentaculo das revoluções, replicava: «As revoluções são as espingardas.»

No fundo, era o seu despeito que fallava.

Desde logo, sahiu da missão que se lhe havia attribuido.

Já em setembro (17) por occasião de uma manifestação promovida por estudantes, na Praça de D. Pedro, (1)

(1) Essa manifestação foi a unica que precedeu no Porto a Revolta de 31 de janeiro. A sua iniciativa partiu de um grapo de estudantes, entre os quaes se contavam Alberto d'Oliveira, actual encarregado de negocios de Portugal em Tanger e então estudante da Faculdade de Direito, Eduardo Artayette e outros.

Começou no caffè Suisso, na Praça de D. Pedro, cerca das nove da noite. Já ali tinha havido demonstrações, queimando-se numeros de jornaes do governo, e dando-se vivas á patria e morras á Inglaterra, quando succedeu entrar no recinto do caffè o antigo republicano Felizardo Lima, que foi recebido com uma salva de palmas. Continuavam as demonstrações, fallando entre outros, o estudante Ernesto de Vasconcellos, quando se ouviram gritos:

e n'aquelle grande momento de excitação que succedeu á apresentação em côrtes do tratado de 20 de agosto, elle convocou para sua casa o estudante de medicina Eduardo de Sousa, afim de inquirir d'elle sobre «as disposições da classe academica».

—Para a rua! Para a rua!

Sahiu tudo em massa e, dentro em pouco, o grupo dos manifestantes, consideravelmente engrossado — mais de mil pessoas — subia a calçada dos Clerigos atroando os ares com vivas, morras e ruidosas salvas de palmas. Davam-se vivas á Republica; gritava-se — abaixo a Inglaterra! abaixo a monarchia!

A' frente d'esta manifestação iam, entre outros, o dr. Julio de Mattos, director do Hospital dos alienados do Conde Ferreira, e João Chagas.

Entre os manifestantes, havia individuos de todas as classes sociaes. Era a primeira vez, depois do *ultimatum*, que o Porto manifestava.

A caminho dos quartéis, o grupo dirigiu-se á Cordoaria erguendo vivas ao exercito. Formou a guarda da cadeia da Relação, que era feita pela municipal. Ahi, o estudante de medicina Eduardo de Sousa, discursou, encaminhando-se a manifestação para a rua das Taypas, onde, em frente do quartel de caçadores 9, fez estrepitosas demonstrações. A' porta e ás janellas do quartel assomaram muitas praças agitando os *bonnets*.

Da rua das Taypas, os manifestantes dirigiram-se para a rua do Triumpho, em direcção ao quartel de infantaria 10, entoando a *Marselheza* e a *Portugueza*, então tanto em voga.

Em frente do quartel do 10 reproduziram-se as demonstrações ao exercito, e a manifestação seguiu pela rua do Pombal, parando junto de uma das casas d'essa rua a acclamar o dr. Alexandre Braga, pae do jovem causidico do mesmo nome. Alexandre Braga assomou a uma janella e d'ahi discursou, affirmando estar orgulhoso de encontrar no povo do Porto a sua altiva e tradicional energia.

Pelo Campo Pequeno, seguiu a manifestação até ao Campo de Santo Ovidio, parando em varios pontos de percurso, para ouvir improvisados oradores. Um d'elles disse: «O Porto precisa provar que ainda não perdeu o segredo das revoluções.»

No Campo de Santo Ovidio, as demonstrações attingiram o delirio. Ahi, porém, alguns officiaes de infantaria 18 vieram pedir cordura.

A manifestação desceu pela rua do Almada e voltando á Cordoaria, passou pelo quartel da Guarda Municipal. Immediatamente, sahiu uma força de cavallaria e carregando sobre a multidão, que se refugiou no jardim, dispersou-a. Alguns individuos responderam á pedrada, houve gritos de — morra a guarda! e, na refrega, um estudante ficou ferido nas costas.

Ao mesmo tempo, correspondia-se com o Directorio republicano, de quem recebia communicações e que mais tarde, mesmo, lhe conferiu um voto de confiança (1).

Acompanhou o dr. Alves da Veiga n'algumas das suas excursões pela provincia. Em Braga succedeu mesmo o caso de certos elementos militares se recusarem a tratar com elle.

Esta cooperação dava-lhe mais tarde o direito de ex-clamar, no Campo de Santo Ovidio, erguendo os braços á multidão que saudava a manhã de 31 de janeiro: «Rapazes! Abraçae o auctor de tudo isto!» e o certo é que se não foi o auctor d'aquelle movimento, que, como já tivemos occasião de definir, não surdiu da iniciativa de um homem, mas do espontaneo impulso de muitos, foi inquestionavelmente um dos seus mais activos e uteis cooperadores. Se o dr. Alves da Veiga o organisou nas condições tumultuarias em que elle se lhe offereceu, elle prestou-lhe um concurso que, pelo facto de não ser de-

Reconcentrando-se, os manifestantes conseguiram, porém, descer os Clerigos e encontravam-se na Praça de D. Pedro, em numero approximado de quinhentos, quando — refere um jornal da epocha — se viu n'este momento um facto espantoso: «os soldados da Guarda Municipal, cravando as esporas nos cavallos, carregaram sobre o povo acutilando a torto e a direito, mettendo toda a gente debaixo das patas das alimarias, varrendo não só a praça, mas as ruas circumvisinhas e ferindo e prostrando grande numero de pessoas.»

Os caffès da praça de D. Pedro foram immediatamente fechados por ordem da policia.

Ao hospital da Misericordia foram levados muitos feridos.

Depois d'esta manifestação não tornou a haver outra; mas ella foi a origem de uma nova excitação que veio aggravar a que já fundamente lavrava e havia de resolver-se no movimento de 31 de janeiro.

(1) Depois do seu regresso a Portugal, mercê da amnistia de fevereiro de 1893, vendo-se repudiado, invocou essas relações e fez publicação de algumas d'essas communicações, n'uma nova serie d'*A Justiça Portuguesa*, que já não encontrou leitores.

Acto de 19 de Jul 1895

DEPOSITO GERAL DE DEGRADADOS



VISTO
O Administrador do Concelho

LICENÇA N.º 97

Não pode transitar pelas ruas da cidade de fora das 2 horas da manhã

Folha do livro de fianças 152

Signaes caracteristicos

Altura _____

Cabellos _____

Olhos _____

Sobr'olhos _____

Nariz _____

Bocca _____

Rosto _____

Barba _____

Côr _____

Signaes particulares

Extracto do registo disciplinar
o criminal

Artigos de uniforme que deixa
em apreço

Tem licença pelo tempo de um anno
em conformidade do que me foi communicado em despacho de
19 do corrente para residir em Loanda
o degradado n.º 2102 de matricula e 62 da 1.ª
companhia, por ter sido afiançado por Jose Pereira de Sampaio
& Feliciano Ferreira

Deve tirar visto de apresentação na Administração do Con-
celho, onde deverá apresentar-se todos os mezes até ao dia 5.
Nome e alcunha Manoel Maria Coelho

Numero de matricula 2102 Classe a que pertence primeira
Naturalidade de Angola Filiação de Angola
Idade de Angola Estado de Angola

Occupação de Angola
Quando e em que transporte chegou á provincia, em 12 de
Maio de 1891, pelo vapor Casanga

Desde quando em a residencia actual e porque, desde 13 de
Maio de 1891, por ser degradado
Porque crime e qual a pena em que foi condemnado, de 5 annos
de degradado

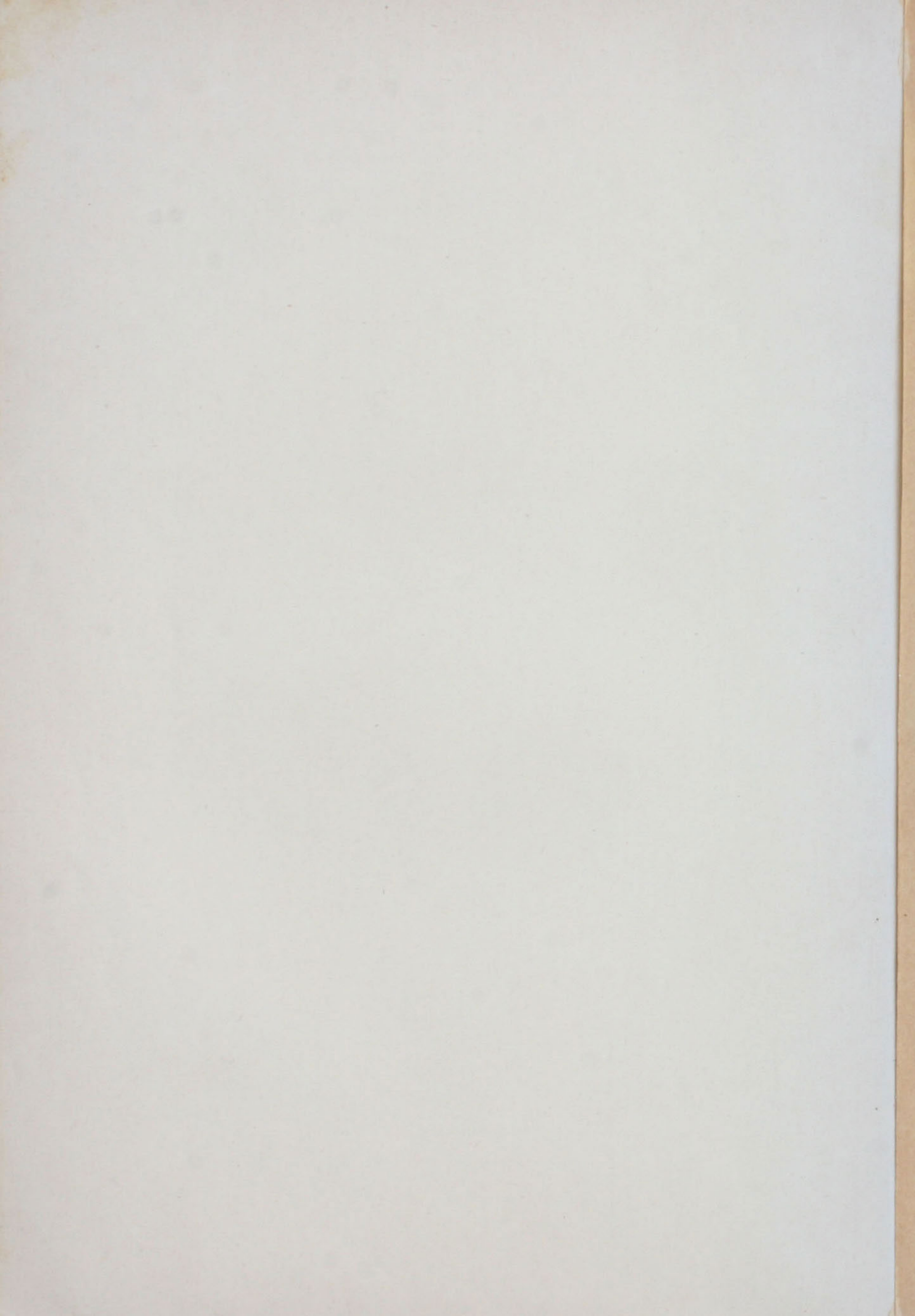
Nomes e domicilios dos fiadores, Jose Pereira de Sampaio
Feliciano Ferreira, residente em Loanda

Serviço para que foi afiançado fez-se empregar no commercio
nesta cidade em casa de Feliciano Ferreira & Comp.
Deposito geral de degradados em Loanda, 25 de Maio
de 18 95.

O Commandante do Deposito;



[Handwritten signature]



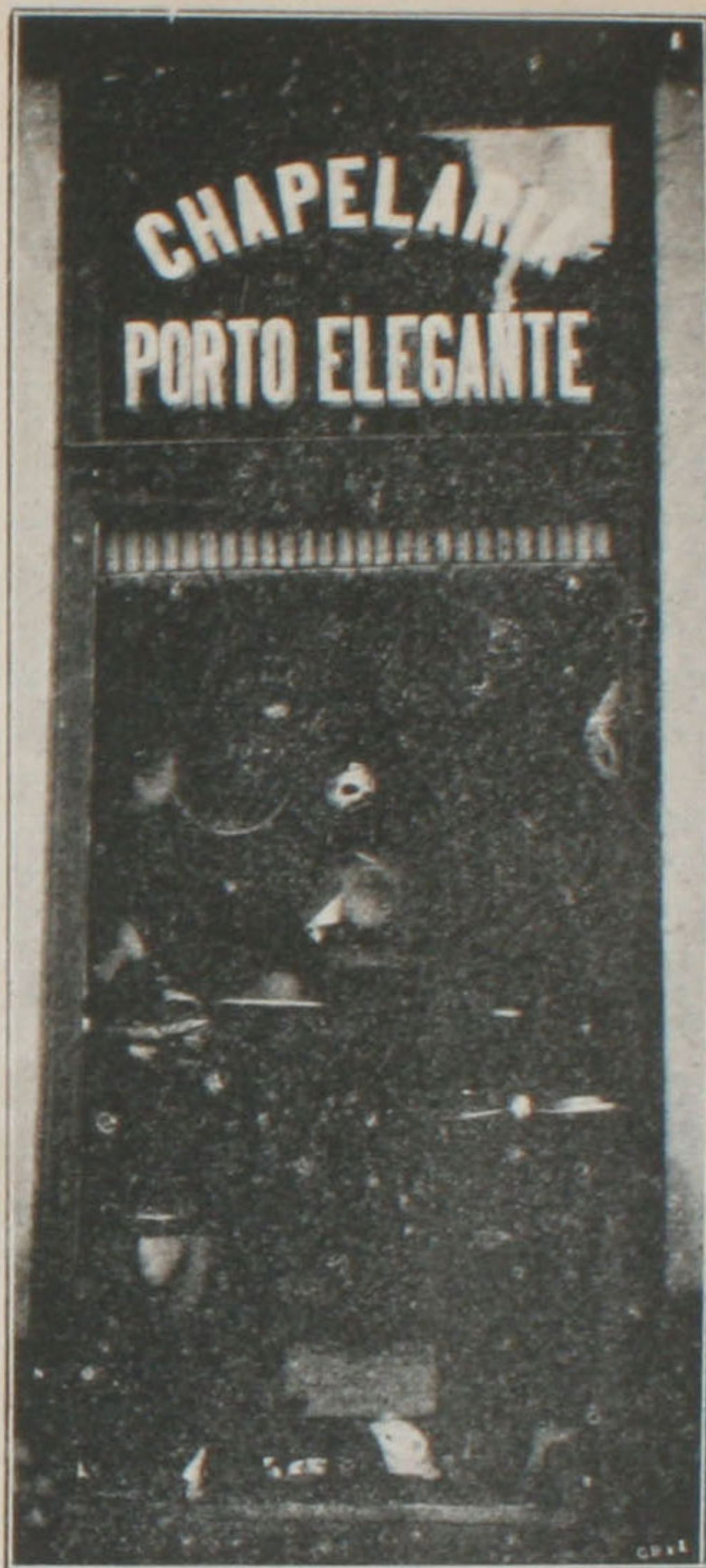
vido a um grande caracter, ou a uma grande intelligencia, nem por isso foi menos valioso.

Após o mallogro da revolta, Santos Cardoso foi naturalmente, entre todos os collaboradores d'ella, o mais cruamente julgado, para o que contribuiu em grande parte o desmoronamento da sua personalidade de homem bravo, na hora das responsabilidades em que mais se esperava vel-a apparecer.

Convem, no entanto, não esquecer que se um bello triumpho houvesse secundado os esforços dos revolucionarios do Porto, elle teria amplamente gosado dos seus beneficios, e o seu nome, sobre cujas maculas voluntariamente se faria o esquecimento, estaria hoje vinculado á historia portugueza por uma forma que o elevaria na consideração publica, tanto quanto a derrota o deprimiu.

O exito escurece a justiça. Todos os triumphadores são bons.

Por isso mesmo, ao passo que procuramos fixar a



VITRINE DE UMA CHAPELARIA DA RUA DE SANTO ANTONIO, CONSERVANDO AINDA OS VESTIGIOS DO TIROTEIO

personalidade de Santos Cardoso, com uma imparcialidade, que nem as cumplicidades que nos ligaram a elle, nem a nossa solidariedade com o facto em que elle tomou parte, não conseguiram perturbar, devolvemos-lhe intacta a porção de iniciativa e portanto de gloria que lhe coube na formação de um successo, para o exito do qual não temos, demais, o direito de pensar que elle não contribuisse até certo ponto, generosamente.

Santos Cardoso era um demagogo, mas os demagogos dos nossos dias de sciencia e de saber applicados á arte, cada vez mais complexa, de governar povos, não tem illusões.

Elles sabem que o seu reinado é curto e o seu destino humilde. Contudo, o seu concurso para a obra das revoluções é muitas vezes laborioso e, não poucas, de um singular alcance. Dão muito mais do que recebem, quando não lhes succede serem esmagados pela propria obra que ajudaram a promover.

Santos Cardoso pertencia a esse numero, e se tinha ambições em desproporção com as suas faculdades e os seus recursos, adivinhava que ellas não encontrariam satisfação, pela consciencia de que valia pouco e pela certeza de que seria despojado pelos que valiam mais.

A linguagem do seu ultimo artigo n'*A Justiça Portuguesa* mostra-nos o homem alarmado pelo seu incerto destino e antevendo já uma republica de adventicios, que o põem de banda e esquecem os seus serviços⁽¹⁾; mas

⁽¹⁾ « Temos sempre dito — escrevia elle a 26 de janeiro — que a Republica hade ser para os republicanos, como a monarchia tem sido para os monarchicos. São as leis das compensações, são os fundamentos do direito e da justiça, que assim mandam e decretam.

« Podia alguém illudir-se que a generosidade se confundia com a justiça? »

entre a sua emmaranhada algaravia de apóstolo inculto, que sonha uma republica para seu beneficio, o espirito justo consegue ainda descortinar as simples e boas intenções do cidadão desejoso de cooperar para o bem commum da patria.

« Como? Porventura aquelle que verteu o seu sangue, que se sacrificou pela implantação de um ideal, que trabalhou annos e annos, combatendo, luctando, affrontando odios e malquerenças, hade ser equiparado na justa reparaçãõ de um acto de justiça com o indolente, com o medroso, com o indifferente, com o velhaco, com o tratante, com o intrujão interesseiro, com o traficante politico, com o finório que, na ultima hora, vem tomar logar nas fileiras republicanas, como todos esses farçantes saltimbancos, que correm todos os balcões de almoeda da monarchia, vendidos como cães vadios, que só conhecem quem lhes enche a pança?

« Quem pensar n'isso, engana-se completamente. Não queremos para todos esses que tem vivido bem com a monarchia, a sorte que as abelhas fazem experimentar aos abelhões, mas queremos que sejam destituídos, precipitados de um poder usurpado, que não é nacional, porque é corrupto, que não é do povo, porque é e tem sido do privilegio da injustiça, da trapaça e vilania.

« A Republica tem que preparar-se como governo do povo, do proprio povo, para ser genuinamente a formula do regimen politico nacional, e para isso não basta surprehender e alijar a corõa; é preciso surprehender e alijar todas as instituições da monarchia, e todos, todos os homens que a representam. Ou isto, ou nada. Um ideal politico, ou hade ser, ou não pode ser nada nas suas nobres aspirações, se começar por submetter os planos das suas reformas de justiça aos sentimentos de carpideira. As leis são para todos. O mechanismo constitucional deve estar nas mãos da Republica. Uma Republica de poltrões, de syndicatos, de monopolios, de interesseiros e velhacos, com a qual o rico continue a gosar e o pobre a soffrer, não a queremos e havemos combatel-a frente a frente e aos homens que lhe sejam governo. Uma Republica que dê causa a que o capital se esconda, ou seja um ladrão explorador das forças vivas do paiz, havemos calcal-a aos pés e esfarrapal-a. Uma Republica que sustente vicios na cabeça dos que a governem, havemos matal-a.

« Um governo que sahe da Revolução é um governo de acclamação publica, para salvar a patria e o proprio povo; por isso é preciso dar-lhe tempo de proceder, para depois ser julgado nas suas obras.

« Por onde deve começar os seus decretos? Naturalmente, por aquelles que expressem a emancipação de todas as classes sociaes, que são a base de uma perfeição de justiça equitativa, nacional para todos os cidadãos.